

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>47</b>		
1. APRESENTAÇÃO GERAL DO RAIO X DO ENAM - O MAPA PARA A HABILITAÇÃO.....	47		
2. SÍNTESE ESTATÍSTICA E TENDÊNCIAS.....	47		
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	47		
DIREITO ADMINISTRATIVO.....	53		
NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA.....	56		
DIREITOS HUMANOS.....	59		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	61		
PETIÇÃO INICIAL, ATOS PROCESSUAIS E PRAZOS (PONTOS 06 E 07) – 07 QUESTÕES.....	63		
DIREITO CIVIL.....	64		
DIREITO EMPRESARIAL.....	68		
DIREITO PENAL.....	71		
<b>DIREITO CONSTITUCIONAL.....</b>	<b>75</b>		
<i>Eduardo dos Santos</i>			
<b>✦ QUESTÕES.....</b>	<b>75</b>		
1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DO DIREITO CONSTITUCIONAL. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS. A CONSTITUIÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-EVOLUTIVA. CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO. ANTECEDENTES. NEOCONSTITUCIONALISMO. ESTADO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO. PODER CONSTITUINTE E MUDANÇA (REFORMA E MUTAÇÃO) CONSTITUCIONAL. EMENDAS À CONSTITUIÇÃO.....	75		
2. ESTRUTURA, CONTEÚDO E FUNÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES. O PREÂMBULO DAS CONSTITUIÇÕES E SUA FORÇA JURÍDICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS PERMANENTES E TRANSITÓRIAS.....	76		
3. TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL NO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO VIGENTE. EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS A NORMA CONSTITUCIONAL NO “TEMPO”. RELAÇÕES ENTRE A CONSTITUIÇÃO E A			
ORDEM JURÍDICA ANTERIOR. APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO ESPAÇO: AS RELAÇÕES COM O DIREITO ESTRANGEIRO E INTERNACIONAL.....		77	
4. INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIOS DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIO DA UNIDADE DA CONSTITUIÇÃO. O PRINCÍPIO DA “CONCORDÂNCIA PRÁTICA” OU DA “HARMONIZAÇÃO”. A CHAMADA “PONDERAÇÃO” NO CAMPO DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE COMO PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO. O PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA CONSTITUIÇÃO. O PRINCÍPIO DA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO. PRINCÍPIO DA INTERPRETAÇÃO DAS LEIS CONFORME A CONSTITUIÇÃO. DIVISÃO E SEPARAÇÃO DE PODERES.....			77
5. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS. FUNÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E EFICÁCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO E A SOBERANIA POPULAR. O PRINCÍPIO DO PLURALISMO POLÍTICO. O PRINCÍPIO DO ESTADO DE DIREITO E SEUS SUBPRINCÍPIOS. O PRINCÍPIO REPUBLICANO. O PRINCÍPIO FEDERATIVO. O PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE.....			79
6. TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS: DISTINÇÕES E APROXIMAÇÕES. CLÁUSULA DE ABERTURA (EXPANSIVIDADE) DO CATÁLOGO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. TITULARIDADE DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. A DUPLA DIMENSÃO OBJETIVA E SUBJETIVA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS. LIMITES E RES-			

	TRIÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS.....	80	BUIÇÕES. CLÁUSULAS PÉTREAS. NATUREZA. ESPÉCIES.....	107
7.	ACESSO À JUSTIÇA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. ISONOMIA. PRINCÍPIOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS PROCESSOS CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO E RESTRIÇÕES À PROVA. PROVA ILÍCITA E ILEGÍTIMA. CONTAMINAÇÃO DE VÍCIOS. ENCONTRO FORTUITO DE PROVAS. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E DE DADOS. PROVA EMPRESTADA. APROVEITAMENTO DA PROVA ILÍCITA E PROPORCIONALIDADE. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, PRISÃO EM FLAGRANTE, TEMPORÁRIA E PREVENTIVA. FLAGRANTE ESPERADO, PREPARADO E DIFERIDO. LIBERDADE PROVISÓRIA. MEDIDAS CAUTELARES.....	89	11. PODER EXECUTIVO. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA: ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES. MINISTROS DE ESTADO. CONSELHO DA REPÚBLICA E DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIOS GERAIS. MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. PODER REGULAMENTAR. AGÊNCIAS REGULADORAS.....	117
8.	DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS. O “PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO”. A GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL. DIREITO À SAÚDE, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAIS. DIREITO À ALIMENTAÇÃO, MORADIA, EDUCAÇÃO E LAZER. O DIREITO AO TRABALHO. O DIREITO AO MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL E EQUILIBRADO. O DIREITO À PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, DA MATERNIDADE E DO IDOSO. O DIREITO À CULTURA E AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL. O DIREITO À PROTEÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS, DAS PESSOAS NEGRAS E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	89	12. PODER JUDICIÁRIO. COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS, TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO E JUÍZES DO TRABALHO, TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS E JUÍZES ELEITORAIS, TRIBUNAIS E JUÍZES MILITARES, TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E JUÍZES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. JUIZADOS ESPECIAIS. GARANTIAS E PRERROGATIVAS DOS MAGISTRADOS. O ESTATUTO DA MAGISTRATURA. ESTRUTURA E FORMAÇÃO DOS TRIBUNAIS. QUINTO CONSTITUCIONAL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PODER JUDICIÁRIO. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA. MINISTÉRIO PÚBLICO. DEFENSORIA PÚBLICA. ADVOCACIA PÚBLICA E PRIVADA....	123
9.	ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DA REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS. O ESTADO FEDERAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E SUA ESTRUTURAÇÃO (UNIÃO, ESTADOS-MEMBROS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS). FEDERALISMO. INTERVENÇÃO FEDERAL. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS (MATERIAIS) DOS ENTES FEDERATIVOS. ASPECTOS GERAIS, COMPETÊNCIAS COMUNS E EXCLUSIVAS (INDELEGÁVEIS). COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, COMUNS, CONCORRENTES E SUPLEMENTARES. COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS PRIVATIVAS DA UNIÃO E SUA DELEGAÇÃO.....	98	13. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS. ESTADO DE DEFESA E ESTADO DE SÍTIO. FORÇAS ARMADAS. SEGURANÇA PÚBLICA.....	133
10.	PODER LEGISLATIVO. CONGRESSO NACIONAL: ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS. CÂMARA DOS DEPUTADOS E SENADO FEDERAL. PROCESSO LEGISLATIVO. INICIATIVA DAS LEIS. FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: NATUREZA E ATRI-		14. PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO E DA ORDEM ECONÔMICA. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. TRIBUTOS EM ESPÉCIE: NOÇÕES GERAIS. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA: CLASSIFICAÇÃO, EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA, ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA. ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS. REPARTIÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS.....	135
			15. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE (FORMAS E TIPOS). CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE: AÇÃO DIRETA DE CONSTITUCIONALIDADE, AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE, AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO, ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE	

PRECEITO FUNDAMENTAL. CONTROLE DIFUSO E INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE. EFEITOS DAS DECISÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE CONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO TEMPORAL DE EFEITOS. TÉCNICAS DE DECISÃO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DOS DIREITOS ESTADUAL E MUNICIPAL .....	135	4.1. CONTEÚDO DAS CONSTITUIÇÕES.....	151
<b>† DICAS .....</b>	<b>145</b>	4.2. FUNÇÕES DAS CONSTITUIÇÕES.....	152
1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DO DIREITO CONSTITUCIONAL. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS. A CONSTITUIÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-EVOLUTIVA. CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO. ANTECEDENTES. NEOCONSTITUCIONALISMO. ESTADO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO. PODER CONSTITUINTE E MUDANÇA (REFORMA E MUTAÇÃO) CONSTITUCIONAL. EMENDAS À CONSTITUIÇÃO .....	145	4.3. ESTRUTURA DAS CONSTITUIÇÕES .....	152
1.1. CONSTITUIÇÃO.....	145	4.3.1. PREÂMBULO .....	152
1.2. ORIGENS.....	145	4.3.2. PARTE DOGMÁTICA .....	153
1.3. CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES..	145	4.3.3. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS....	153
2. CONSTITUCIONALISMO.....	146	5. TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL NO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO VIGENTE. EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS A NORMA CONSTITUCIONAL NO "TEMPO". RELAÇÕES ENTRE A CONSTITUIÇÃO E A ORDEM JURÍDICA ANTERIOR. APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO ESPAÇO: AS RELAÇÕES COM O DIREITO ESTRANGEIRO E INTERNACIONAL .....	153
2.1. CONSTITUCIONALISMO ANTIGO .....	146	5.1. NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	153
2.2. CONSTITUCIONALISMO MEDIEVAL .....	147	5.1.1. A CONCEPÇÃO DA NORMA JURÍDICA DE RONALD DWORKIN.....	154
2.3. CONSTITUCIONALISMO MODERNO .....	147	5.1.2. A CONCEPÇÃO DA NORMA JURÍDICA DE ROBERT ALEXY....	154
2.4. NEOCONSTITUCIONALISMO OU CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO.....	147	5.1.3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE DIFERENCIAÇÃO ENTRE REGRAS E PRINCÍPIOS.....	155
3. PODER CONSTITUINTE .....	148	6. CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS .....	155
3.1. ESPÉCIES.....	148	6.1. NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA PLENA.....	155
3.2. PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO.....	148	6.2. NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA CONTIDA .....	155
3.3. PODER CONSTITUINTE REFORMADOR....	148	6.3. NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA LIMITADA .....	155
3.3.1. LIMITES EXPRESSOS AO PODER CONSTITUINTE REFORMADOR.....	148	6.4. NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA EXAURIDA.....	156
3.3.2. LIMITES IMPLÍCITOS AO PODER CONSTITUINTE REFORMADOR.....	149	7. DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL	156
3.3.3. NORMAS CONSTITUCIONAIS INCONSTITUCIONAIS?.....	150	7.1. RECEPÇÃO .....	156
3.4. PODER CONSTITUINTE REVISOR.....	150	7.2. REPRISTINAÇÃO .....	157
3.5. PODER CONSTITUINTE DECORRENTE....	150	7.3. DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO .....	157
3.6. PODER CONSTITUINTE DIFUSO E MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL .....	151	7.4. RECEPÇÃO MATERIAL DE NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	157
4. ESTRUTURA, CONTEÚDO E FUNÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES. O PREÂMBULO DAS CONSTITUIÇÕES E SUA FORÇA JURÍDICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS PERMANENTES E TRANSITÓRIAS .....	151	7.5. CONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE .....	157
		7.6. USUCAPIÃO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	157
		8. INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIOS DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIO DA UNIDADE DA CONSTITUIÇÃO. O PRINCÍPIO DA "CORDÂNCIA PRÁTICA" OU DA "HARMONIZAÇÃO". A CHAMADA "PONDERAÇÃO" NO CAMPO DA INTERPRETAÇÃO CONS-	

TITUCIONAL. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE COMO PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO. O PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA CONSTITUIÇÃO. O PRINCÍPIO DA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO. PRINCÍPIO DA INTERPRETAÇÃO DAS LEIS CONFORME A CONSTITUIÇÃO. DIVISÃO E SEPARAÇÃO DE PODERES.....	158	CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. TITULARIDADE DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. A DUPLA DIMENSÃO OBJETIVA E SUBJETIVA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS. LIMITES E RESTRIÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS.....	165
8.1. PRINCÍPIO DA UNIDADE DA CONSTITUIÇÃO.....	158	10.1. DELIMITAÇÃO CONCEITUAL.....	165
8.2. O PRINCÍPIO DA “CONCORDÂNCIA PRÁTICA” OU DA “HARMONIZAÇÃO”.....	158	10.2. CLÁUSULA DE ABERTURA E DIREITOS FUNDAMENTAIS ATÍPICOS.....	166
8.3. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE COMO PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	158	10.3. O § 3º DO ART. 5º E A HIERARQUIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.....	166
8.4. O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO.....	159	10.4. APLICABILIDADE IMEDIATA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	166
8.5. O PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA CONSTITUIÇÃO.....	159	10.5. EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	166
8.6. O PRINCÍPIO DA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO.....	159	10.6. TITULARES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	166
8.7. PRINCÍPIO DA INTERPRETAÇÃO DAS LEIS CONFORME A CONSTITUIÇÃO.....	159	10.6.1. A PESSOA HUMANA COMO TITULAR DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	166
8.8. DIVISÃO E SEPARAÇÃO DE PODERES.....	159	10.6.2. DIREITOS FUNDAMENTAIS DE PESSOAS JURÍDICAS?.....	167
9. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS. FUNÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E EFICÁCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO E A SOBERANIA POPULAR. O PRINCÍPIO DO PLURALISMO POLÍTICO. O PRINCÍPIO DO ESTADO DE DIREITO E SEUS SUBPRINCÍPIOS. O PRINCÍPIO REPUBLICANO. O PRINCÍPIO FEDERATIVO. O PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE.....	160	10.6.3. DIREITOS FUNDAMENTAIS DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO (DO ESTADO)?.....	167
9.1. FUNÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	160	10.6.4. DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS ANIMAIS?.....	167
9.1.1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS....	160	11. RESTRIÇÕES (OU LIMITAÇÕES) AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	168
9.2. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	161	11.1. FORMAS DE RESTRIÇÃO (OU LIMITAÇÃO).....	168
9.3. PRINCÍPIO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	162	11.2. LIMITES DOS LIMITES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	168
9.4. PRINCÍPIO DA SOBERANIA POPULAR....	164	12. DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS.....	169
9.5. PRINCÍPIO DO PLURALISMO POLÍTICO..	164	12.1. VIDA.....	169
9.6. PRINCÍPIO REPUBLICANO.....	164	12.2. INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA E VEDAÇÃO A TORTURA E AO TRATAMENTO DESUMANO.....	169
9.7. PRINCÍPIO FEDERATIVO.....	165	12.3. LIBERDADES.....	169
10. TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS: DISTINÇÕES E APROXIMAÇÕES. CLÁUSULA DE ABERTURA (EXPANSIVIDADE) DO CATÁLOGO		12.4. IGUALDADE.....	171
		12.5. PRIVACIDADE.....	172
		12.6. PROPRIEDADE.....	173
		12.7. SEGURANÇA.....	174
		13. DIREITOS DE NACIONALIDADE.....	174
		13.1. ESPÉCIES DE NACIONALIDADE.....	175
		13.2. CRITÉRIOS PARA AQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE PRIMÁRIA.....	175

13.3. CRITÉRIOS PARA AQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE SECUNDÁRIA .....	175	DO E DIFERIDO. LIBERDADE PROVISÓRIAS. MEDIDAS CAUTELARES .....	184
13.4. BRASILEIRO NATO.....	175	17. DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS. O “PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO”: A GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL. DIREITO À SAÚDE, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAIS. DIREITO À ALIMENTAÇÃO, MORADIA, EDUCAÇÃO E LAZER. O DIREITO AO TRABALHO. O DIREITO AO MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL E EQUILIBRADO. O DIREITO À PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, DA MATERNIDADE E DO IDOSO. O DIREITO À CULTURA E AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL. O DIREITO À PROTEÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS, DAS PESSOAS NEGRAS E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	184
13.5. PORTUGUÊS EQUIPARADO (QUASE NACIONAL).....	176	17.1. DIREITOS SOCIAIS E ORDEM SOCIAL.....	184
13.6. DISTINÇÕES ENTRE BRASILEIROS NATO E NATURALIZADO.....	176	17.2. MÍNIMO EXISTENCIAL.....	185
13.7. PERDA DA NACIONALIDADE .....	176	17.3. A RESERVA DO POSSÍVEL.....	185
14. DIREITOS POLÍTICOS .....	176	17.4. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO SOCIAL.....	185
14.1. DIREITOS POLÍTICOS POSITIVOS.....	176	17.5. DIREITOS SOCIAIS EM ESPÉCIE .....	185
14.1.1. DIREITO DE SUFRÁGIO .....	177	17.6. ORDEM SOCIAL .....	185
14.1.2. OVOTO: É UM DIREITO FUNDAMENTAL INDIVIDUAL E, AO MESMO TEMPO, UM DEVER FUNDAMENTAL AUTÔNOMO E EXPRESSO PARA OS MAIORES DE 18 ANOS E MENORES DE 70 ANOS.....	177	18. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DA REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS. O ESTADO FEDERAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E SUA ESTRUTURAÇÃO (UNIÃO, ESTADOS-MEMBROS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS). FEDERALISMO. INTERVENÇÃO FEDERAL. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS (MATERIAIS) DOS ENTES FEDERATIVOS. ASPECTOS GERAIS, COMPETÊNCIAS COMUNS E EXCLUSIVAS (INDELEGÁVEIS). COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, COMUNS, CONCORRENTES E SUPLEMENTARES. COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS PRIVATIVAS DA UNIÃO E SUA DELEGAÇÃO .....	188
14.1.3. ALISTABILIDADE.....	177	18.1. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO .....	188
14.1.4. ELEGIBILIDADE .....	177	18.2. FORMA DE ESTADO.....	188
14.1.5. PLEBISCITO E REFERENDO.....	177	18.3. ESPÉCIES DE FEDERALISMO.....	189
14.2. DIREITOS POLÍTICOS NEGATIVOS .....	177	18.4. O FEDERALISMO BRASILEIRO.....	189
14.2.1. INELEGIBILIDADES .....	178	18.5. FORMAÇÃO DE NOVOS ESTADOS E NOVOS MUNICÍPIOS.....	190
14.2.2. PERDA DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	179	18.6. BENS.....	190
14.2.3. SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS .....	179	18.7. VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS AOS ENTES FEDERADOS.....	191
14.3. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO.....	179	18.8. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS .....	191
14.4. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE OU DA ANUALIDADE ELEITORAL.....	179	18.9. INTERVENÇÃO.....	192
14.5. PARTIDOS POLÍTICOS.....	179	18.9.1. ESPÉCIES DE INTERVENÇÃO .....	192
15. REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....	180	18.9.2. INTERVENÇÃO FEDERAL NOS ESTADOS .....	192
15.1. <i>HABEAS CORPUS</i> .....	180		
15.2. <i>HABEAS DATA</i> .....	181		
15.3. MANDADO DE SEGURANÇA .....	181		
15.4. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	182		
15.5. MANDADO DE INJUNÇÃO .....	182		
15.6. AÇÃO POPULAR .....	183		
16. ACESSO À JUSTIÇA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. ISONOMIA. PRINCÍPIOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS PROCESSOS CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO E RESTRIÇÕES À PROVA. PROVA ILÍCITA E ILEGÍTIMA. CONTAMINAÇÃO DE VÍCIOS. ENCONTRO FORTUITO DE PROVAS. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E DE DADOS. PROVA EMPRESTADA. APROVEITAMENTO DA PROVA ILÍCITA E PROPORCIONALIDADE. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, PRISÃO EM FLAGRANTE, TEMPORÁRIA E PREVENTIVA. FLAGRANTE ESPERADO, PREPARA-			

18.9.3. PROCESSOS FORMAIS PARA A DECRETAÇÃO DA INTERVENÇÃO.....	193	19.17.5. PROCESSO LEGISLATIVO DAS LEIS COMPLEMENTARES...	202
18.9.4. DECRETAÇÃO DA INTERVENÇÃO E CONTROLE.....	193	19.17.6. PROCESSO LEGISLATIVO DAS LEIS DELEGADAS.....	203
18.9.5. INTERVENÇÃO NOS MUNICÍPIOS.....	194	19.17.7. PROCESSO LEGISLATIVO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS....	203
19. PODER LEGISLATIVO. CONGRESSO NACIONAL: ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS. CÂMARA DOS DEPUTADOS E SENADO FEDERAL. PROCESSO LEGISLATIVO. INICIATIVA DAS LEIS. FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: NATUREZA E ATRIBUIÇÕES. CLÁUSULAS PÉTREAS. NATUREZA. ESPÉCIES.....	195	19.17.8. PROCESSO LEGISLATIVO DOS DECRETOS LEGISLATIVOS	205
19.1. PODER LEGISLATIVO .....	195	19.17.9. PROCESSO LEGISLATIVO DAS RESOLUÇÕES .....	205
19.2. COMPOSIÇÃO DAS CASAS LEGISLATIVAS.....	196	20. PODER EXECUTIVO. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA: ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES. MINISTROS DE ESTADO. CONSELHO DA REPÚBLICA E DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIOS GERAIS. MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. PODER REGULAMENTAR. AGÊNCIAS REGULADORAS.....	206
19.3. FUNCIONAMENTO DO PODER LEGISLATIVO.....	196	20.1. PODER EXECUTIVO .....	206
19.4. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO.....	196	20.2. PRESIDENCIALISMO .....	206
19.5. IMUNIDADE MATERIAL.....	197	20.3. PRESIDENTE DA REPÚBLICA ....	206
19.6. IMUNIDADE FORMAL EM RELAÇÃO À PRISÃO .....	197	20.4. CONSELHOS DA REPÚBLICA E DA DEFESA .....	207
19.7. IMUNIDADE FORMAL EM RELAÇÃO AO PROCESSO.....	197	20.5. GOVERNADORES DE ESTADO E DO DF..	207
19.8. IMUNIDADE TESTEMUNHAL .....	197	20.6. PREFEITOS MUNICIPAIS.....	207
19.9. IMUNIDADES DOS DEMAIS MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO .....	197	20.7. IMUNIDADES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA .....	207
19.10.FORO POR PRERROGATIVA .....	198	20.8. IMUNIDADES DOS GOVERNADORES E PREFEITOS .....	208
19.11.INCOMPATIBILIDADES .....	198	20.9. CRIMES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA .....	208
19.12.PERDA DE MANDATO.....	198	20.10.CRIMES DOS GOVERNADORES E DOS PREFEITOS.....	208
19.13.FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.....	199	20.11.ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PRINCÍPIOS GERAIS.....	209
19.14.TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO .....	199	21. PODER JUDICIÁRIO. COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS, TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO E JUÍZES DO TRABALHO, TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS E JUÍZES ELEITORAIS, TRIBUNAIS E JUÍZES MILITARES, TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E JUÍZES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. JUIZADOS ESPECIAIS. GARANTIAS E PRERROGATIVAS DOS MAGISTRADOS. O ESTATUTO DA MAGISTRATURA. ESTRUTURA E FORMAÇÃO DOS TRIBUNAIS. QUINTO CONSTITUCIONAL. CONSELHO	
19.15.TRIBUNAIS DE CONTAS DOS ESTADOS E DO DF .....	199		
19.16.FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS.....	200		
19.17.PROCESSO LEGISLATIVO .....	200		
19.17.1. CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO.....	200		
19.17.2. FASES DO PROCESSO LEGISLATIVO.....	200		
19.17.3. PROCESSO LEGISLATIVO ORDINÁRIO (LEIS ORDINÁRIAS).....	200		
19.17.4. PROCESSO LEGISLATIVO SUMÁRIO: REGIME CONSTITUCIONAL DE URGÊNCIA.....	202		

NACIONAL DE JUSTIÇA. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PODER JUDICIÁRIO. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA. MINISTÉRIO PÚBLICO. DEFENSORIA PÚBLICA. ADVOCACIA PÚBLICA E PRIVADA....	209	ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONTROLE DIFUSO E INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE. EFEITOS DAS DECISÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE CONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO TEMPORAL DE EFEITOS. TÉCNICAS DE DECISÃO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DOS DIREITOS ESTADUAL E MUNICIPAL .....	216
21.1. PODER JUDICIÁRIO .....	209	24.1. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	216
21.2. QUINTO CONSTITUCIONAL .....	209	24.2. PRESSUPOSTOS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	216
21.3. GARANTIAS DO PODER JUDICIÁRIO.....	210	24.3. ESPÉCIES DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	217
21.4. VEDAÇÕES AOS MAGISTRADOS.....	210	24.4. CLASSIFICAÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	218
21.5. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	210	24.5. CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE .....	219
21.6. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....	210	24.6. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	220
21.7. SÚMULA VINCULANTE .....	211	24.7. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE .....	221
21.8. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	211	24.8. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO.....	221
21.9. JUSTIÇA DO TRABALHO .....	211	24.9. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL .....	222
21.10.JUSTIÇA ELEITORAL .....	211	24.10.CONTROLE ESTADUAL DE CONSTITUCIONALIDADE .....	222
21.11.JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO .....	212	24.11.TÉCNICAS DE DECISÃO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....	223
21.12.JUSTIÇA FEDERAL.....	212	24.11.1. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO .....	223
21.13.JUSTIÇA ESTADUAL .....	212	24.11.2. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL SEM REDUÇÃO DE TEXTO .....	223
21.14.JUIZADOS ESPECIAIS .....	213	24.11.3. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE SEM PRONÚNCIA DE NULIDADE.....	223
21.15.MINISTÉRIO PÚBLICO.....	213	24.11.4. DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DE LEI “AINDA” CONSTITUCIONAL (INCONSTITUCIONALIDADE DE PROGRESSIVA) .....	223
21.16.ADVOCACIA .....	213	24.11.5. SENTENÇAS INTERMEDIÁRIAS.....	223
21.17.ADVOCACIA PÚBLICA.....	213	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	223
21.18.DEFENSORIA PÚBLICA.....	213		
22. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS. ESTADO DE DEFESA E ESTADO DE SÍLIO. FORÇAS ARMADAS. SEGURANÇA PÚBLICA .....	214		
22.1. ESTADO DE DEFESA.....	214		
22.2. ESTADO DE SÍLIO .....	214		
22.3. FORÇAS ARMADAS .....	215		
22.3.1. SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO .....	215		
22.4. SEGURANÇA PÚBLICA .....	216		
22.4.1. ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA .....	216		
23. PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO E DA ORDEM ECONÔMICA. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. TRIBUTOS EM ESPÉCIE: NOÇÕES GERAIS. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA: CLASSIFICAÇÃO, EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA, ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA. ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS. REPARTIÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS .....	216		
24. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE (FORMAS E TIPOS). CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE: AÇÃO DIRETA DE CONSTITUCIONALIDADE, AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE, AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO,			
		<b>PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL.....</b>	<b>225</b>
		<i>Júlio César Craveiro Devechi</i>	
		<b>+ QUESTÕES .....</b>	<b>225</b>
		1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO PENAL.....	225

2. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL EM MATÉRIA PENAL.....	229	2. CONTROLE JUDICIAL DA INVESTIGAÇÃO.....	268
3. PROVAS NO PROCESSO PENAL.....	231	V. NORMAS CONSTITUCIONAIS RELATIVAS À COMPETÊNCIA CRIMINAL.....	270
4. LEI DE INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS (LEI Nº 9.296/1996).....	240	1. ASPECTOS CONCEITUAIS.....	270
5. PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS...	241	2. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA.....	270
✦ <b>DICAS</b> .....	<b>248</b>	3. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA PESSOA (FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO).....	271
I. PRINCÍPIOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO PENAL.....	248	3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	271
1. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.....	248	3.2. SENTIDO E ALCANCE DO FORO POR PRERROGATIVA NA VISÃO DO STF.....	272
2. DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	250	3.3. O NOVO ENTENDIMENTO DO STF EM 2024/2025.....	273
3. CONTRADITÓRIO.....	250	3.4. CRIMES PRATICADOS POR INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO OU DO MINISTÉRIO PÚBLICO NÃO RELACIONADOS COM A FUNÇÃO.....	274
4. AMPLA DEFESA.....	251	3.5. PRORROGAÇÃO DO FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO EM CASO DE SUCESSÃO DE MANDATOS.....	275
5. PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO (NEMO TENETUR SE DETEGERE).....	251	3.6. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO PREVISTO FORA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	275
6. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA NA FASE INVESTIGATÓRIA.....	253	3.7. FORO POR PRERROGATIVA PARA AUTORIDADES MUNICIPAIS.....	276
7. APLICAÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE Nº 14 DO STF.....	255	3.8. COAUTORIA COM PESSOAS SEM FORO POR PRERROGATIVA.....	277
8. DIREITO À REVELAÇÃO (RIGHT TO DISCLOSE)/“REGRAS DE BRADY” (BRADY RULES)....	255	3.9. PRERROGATIVA NÃO EXTENSÍVEL A AÇÕES POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	277
9. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL.....	256	4. COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA MILITAR.....	278
10. PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL.....	256	4.1. JUSTIÇA MILITAR DOS ESTADOS E JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO: A JUSTIÇA MILITAR SE SUBDIVIDE EM JUSTIÇA MILITAR DOS ESTADOS E DA UNIÃO. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ASSIM DEFINE A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR.....	278
11. PRINCÍPIO DO DEFENSOR NATURAL.....	257	4.2. CRIMES MILITARES PRÓPRIOS E IMPRÓPRIOS.....	279
12. SOBERANIA DOS VEREDICTOS.....	258	4.3. AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE CRIME MILITAR PELA LEI Nº 13.491/2017.....	280
13. INVOLABILIDADE DE DOMICÍLIO E HORÁRIO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADO.....	259	4.4. “CRIME MILITAR” NÃO É SINÔNIMO DE CRIME PRATICADO “POR MILITAR”....	281
II. SISTEMA ACUSATÓRIO E SISTEMA INQUISITÓRIO.....	259	4.5. CRIMES PRATICADOS POR MILITARES EM “OPERAÇÕES GLO”.....	281
1. ASPECTOS CONCEITUAIS.....	259	4.6. CRIMES MILITARES PRATICADOS POR MILITARES INATIVOS OU CIVIS.....	281
2. DESDOBRAMENTOS PRÁTICOS DO SISTEMA ACUSATÓRIO NA JURISPRUDÊNCIA.....	260	4.7. HOMICÍDIOS PRATICADOS POR MILITARES CONTRA CIVIS.....	283
2.1. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELA REJEIÇÃO DA DENÚNCIA.....	260	4.8. APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.491/2017 NO TEMPO.....	284
2.2. PEDIDO ABSOLUTÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO APÓS A INSTRUÇÃO PROCESSUAL E SENTENÇA CONDENATÓRIA.....	260	5. COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA ELEITORAL.....	285
2.3. AUSÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AUDIÊNCIA E INQUIRIRIÇÃO DE TESTEMUNHAS PELO JUIZ.....	261		
2.4. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO.....	262		
2.5. DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA DE OFÍCIO.....	263		
III. JUIZ DAS GARANTIAS.....	264		
IV. PODERES INVESTIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	266		
1. CONSTITUCIONALIDADE DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONDUZIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	266		

5.1. COMPETÊNCIA PARA JULGAR CRIMES ELEITORAIS.....	285	2. ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO PENAL .....	298
5.2. COMPETÊNCIA PARA JULGAR CRIMES CONEXOS AOS ELEITORAIS .....	285	3. INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ.....	299
5.3. CONEXÃO ENTRE CRIMES ELEITORAIS E FEDERAIS .....	286	4. PROVAS E INDÍCIOS .....	300
6. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL .....	287	4.1. PROVA DIRETA, PROVA INDIRETA E INDÍCIOS.....	300
6.1. MATÉRIAS EXCLUÍDAS DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	287	4.2. EXAME DE CORPO DE DELITO DIRETO E INDIRETO .....	301
6.2. COMPETÊNCIA CÍVEL E CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL .....	288	4.3. TESTEMUNHO INDIRETO OU DE OUVIR DIZER ( <i>HEARSAY TESTIMONY</i> ).....	302
6.3. BENS, SERVIÇOS OU INTERESSES FEDERAIS (ART. 109, IV, CF).....	289	5. CADEIA DE CUSTÓDIA .....	302
6.4. CRIMES TRANSNACIONAIS PREVISTOS EM TRATADO OU CONVENÇÃO (ART. 109, V, CF).....	289	6. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS URGENTES (ART. 366 DO CPP).....	303
6.5. CRIMES PRATICADOS PELA INTERNET E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	290	7. PROVAS ILEGAIS.....	305
6.6. INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA (ART. 109, V-A, CF) .....	290	7.1. PROVAS ILÍCITAS E PROVAS ILEGÍTIMAS.....	305
6.7. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, SISTEMA FINANCEIRO E ORDEM ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 109, VI, CF).....	291	7.2. REGRA DE EXCLUSÃO DAS PROVAS ILÍCITAS.....	306
6.7.1. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....	291	7.3. DESCONTAMINAÇÃO DO JULGADO .....	306
6.7.2. CRIMES ENVOLVENDO O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E A ORDEM ECONÔMICO-FINANCEIRA .....	292	7.4. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DAS PROVAS ILEGÍTIMAS .....	307
6.8. CRIMES COMETIDOS A BORDO DE NAVIOS OU AERONAVES (ART. 109, IX, CF).....	293	7.5. "NULIDADE DE ALGIBEIRA".....	307
6.8.1. PREVISÃO CONSTITUCIONAL...	293	7.6. A QUESTÃO DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS .....	307
6.8.2. APENAS CRIMES, NÃO CONTRAVENÇÕES.....	293	7.7. A PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO (TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA).....	308
6.8.3. AERONAVES.....	293	7.8. LIMITES À EXCLUSÃO DA PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO.....	309
6.8.4. NAVIOS.....	294	7.8.1. TEORIA DA FONTE INDEPENDENTE ( <i>INDEPENDENT SOURCE DOCTRINE</i> ).....	309
6.9. INGRESSO OU PERMANÊNCIA IRREGULAR DE ESTRANGEIRO EXPULSO (ART. 109, X, CF).....	294	7.8.2. LIMITAÇÃO DA MANCHA PURGADA ( <i>PURGED TAINT</i> ).....	309
6.10. CRIMES ENVOLVENDO DISPUTA DE DIREITOS INDÍGENAS (ART. 109, XI, CF).....	295	7.8.3. EXCEÇÃO DA BOA-FÉ.....	310
VI. NORMAS CONSTITUCIONAIS RELATIVAS ÀS PROVAS NO PROCESSO PENAL .....	296	7.8.4. LIMITAÇÃO DA RENÚNCIA DO INTERESSADO .....	311
1. SISTEMAS DE APRECIÇÃO DA PROVA .....	296	8. PROVA EMPRESTADA .....	312
1.1. CERTEZA JUDICIAL OU ÍNTIMA CONVICÇÃO.....	296	9. ENCONTRO FORTUITO DE PROVAS.....	313
1.2. SISTEMA DA CERTEZA LEGISLATIVA OU PROVA TARIFADA .....	296	10. PROVAS E RESERVA DE JURISDIÇÃO.....	315
1.3. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO OU PERSUAÇÃO RACIONAL.....	297	10.1. DADOS TELEFÔNICOS, INFORMAÇÕES CADASTRAIS E COMUNICAÇÕES PRIVADAS ARMAZENADAS EM DISPOSITIVOS INFORMÁTICOS.....	315
		10.2. ACESSO AO CONTEÚDO DE COMUNICAÇÕES EM DISPOSITIVOS INFORMÁTICOS.....	317
		10.3. DESNECESSIDADE DOS INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A OBTENÇÃO DE DADOS ARMAZENADOS NO EXTERIOR .....	320
		10.4. GEOLOCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO EM TEMPO REAL ( <i>GEOFENCING</i> ).....	321

10.4.1. GEOLOCALIZAÇÃO EM RE- LAÇÃO A DELITO JÁ PRATI- CADO.....	321	2.4. CONTEMPORANEIDADE DO PERI- CULUM LIBERTATIS .....	343
10.4.2. ACOMPANHAMENTO EM TEMPO REAL E LOCALIZA- ÇÃO DE SUSPEITOS DE DE- LITO EM CURSO (ART. 13-B DO CPP).....	322	2.5. REQUISITOS OBJETIVOS PARA A DE- CRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.....	344
10.5. SIGILO FINANCEIRO E FISCAL.....	323	2.6. REVISÃO NONAGESIMAL DA PRI- SÃO PREVENTIVA.....	344
10.6. COMPARTILHAMENTO DE DADOS SIGILOSOS ENTRE A RECEITA FEDE- RAL, O COAF E OS ÓRGÃOS DE PER- SECUÇÃO PENAL .....	324	3. PRISÃO TEMPORÁRIA.....	345
11. PRINCIPAIS ENTENDIMENTOS JURISPRU- DENCIAIS ENVOLVENDO INTERCEPTA- ÇÕES TELEFÔNICAS (LEI Nº 9.296/1996) .....	327	4. LIBERDADE PROVISÓRIA .....	346
11.1. ASPECTOS CONCEITUAIS .....	327	4.1. ASPECTOS CONCEITUAIS .....	346
11.2. REQUISITOS PARA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA.....	327	4.2. LIBERDADE PROVISÓRIA COM FIANÇA...	346
11.3. JUÍZO COMPETENTE PARA O DEFE- RIMENTO DA MEDIDA E JUÍZO APA- RENTE .....	328	4.3. LIBERDADE PROVISÓRIA SEM FIANÇA....	347
11.4. DEFERIMENTO E PRORROGAÇÃO.....	328	4.4. AUTORIDADE COMPETENTE .....	347
11.5. FUNDAMENTAÇÃO <i>PER RELATIONEM</i> ....	329	4.5. CRIMES INAFIANÇÁVEIS E VEDA- ÇÃO À LIBERDADE PROVISÓRIA.....	348
12. CAPTAÇÃO AMBIENTAL .....	329	5. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRI- SÃO.....	349
12.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	329	5.1. ALTERNATIVAS MENOS GRAVOSAS À PRISÃO PREVENTIVA .....	349
12.2. CAPTAÇÃO EM LOCAL PÚBLICO OU ABERTO AO PÚBLICO .....	330	5.2. NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO .....	349
12.3. CAPTAÇÃO EM LOCAL PRIVADO .....	330	5.3. IMPOSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DE OFÍCIO .....	349
12.4. PRAZO DA CAPTAÇÃO.....	330	5.4. PROVISORIEDADE.....	350
12.5. GRAVAÇÃO REALIZADA PELO PRÓ- PRIO INTERLOCUTOR .....	330	5.5. CUMULATIVIDADE E DESCUMPRI- MENTO DAS MEDIDAS.....	350
12.6. GRAVAÇÃO DE CONVERSAS NO ÂM- BITO ELEITORAL .....	331	5.6. CONTRADITÓRIO PRÉVIO.....	350
VII. PRISÕES .....	332	5.7. CAUTELARES EM ESPÉCIE .....	351
1. PRISÃO EM FLAGRANTE.....	332	<b>DIREITO TRIBUTÁRIO CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>353</b>
1.1. FLAGRANTE FACULTATIVO E OBRIGATÓRIO.....	332	<i>Charles Giacomini</i>	
1.2. POSSIBILIDADE DE APREENSÃO DE OBJETOS.....	332	+ <b>QUESTÕES .....</b>	<b>353</b>
1.3. ESPÉCIES DE FLAGRANTE.....	332	1. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL .....	353
1.4. FLAGRANTE EM CRIME PERMANENTE...	333	2. REPARTIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS .....	360
1.5. BUSCA PESSOAL E VEICULAR .....	336	+ <b>DICAS .....</b>	<b>363</b>
1.6. ATUAÇÃO DAS GUARDAS MUNICIPAIS..	337	1. PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO.....	363
1.7. FLAGRANTE ESPERADO, POSTER- GADO, PREPARADO E FORJADO .....	338	2. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL .....	369
2. PRISÃO PREVENTIVA .....	340	3. TRIBUTOS EM ESPÉCIE – NOÇÕES GERAIS.....	370
2.1. EXCEPCIONALIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA.....	340	4. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA: CLASSIFICA- ÇÃO, EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRI- BUTÁRIA. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA.....	373
2.2. LEGITIMIDADE E IMPOSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DE OFÍCIO .....	340	5. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PO- DER DE TRIBUTAR .....	376
2.3. PRESSUPOSTOS CAUTELARES PARA A DECRETAÇÃO DA MEDIDA.....	342	6. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA, ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA.....	380
		7. REPARTIÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS .....	382
		<b>DIREITO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>387</b>
		<i>Júlio César Souza dos Santos</i>	
		+ <b>QUESTÕES .....</b>	<b>387</b>
		1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ATIVI- DADE ADMINISTRATIVA E INOVAÇÕES NA LINDB.....	387

2. A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	391	13.4.2. PROCESSO DECISÓRIO.....	536
3. ATOS ADMINISTRATIVOS.....	398	13.4.3. PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONTROLE SOCIAL.....	537
4. REGULAMENTO ADMINISTRATIVO.....	399	13.4.4. OUVIDORIA.....	538
5. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	399	13.4.5. ARTICULAÇÕES E INTERAÇÕES DAS AGÊNCIAS REGULADORAS.....	538
6. LICITAÇÕES.....	402	13.4.6. CONTROLE JUDICIAL DAS DECISÕES DAS AGÊNCIAS REGULADORAS.....	539
7. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	415	14. CONTROLE DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA...	540
8. PODER DE POLÍCIA.....	417	14.1. CONCEITUAÇÃO E ESPÉCIES.....	540
9. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	420	14.2. CONTROLE INTERNO E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	540
10. SERVIÇO PÚBLICO.....	428	14.3. CONTROLE EXTERNO PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS. A DISCIPLINA DOS ARTS. 70 E 71 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS DO TRIBUNAL DE CONTAS. A NATUREZA DOS ATOS DE CONTROLE DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.....	542
11. AGENTES PÚBLICOS.....	431	14.4. CONTROLE EXTERNO PELO PODER JUDICIÁRIO. CONTROLE PELO PODER JUDICIÁRIO E A SEPARAÇÃO DE PODERES. LIMITES DO CONTROLE JURISDICCIONAL DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	543
12. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	446	14.5. CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	544
13. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO NAS RELAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	453	15. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	547
<i>Rafael Martins Costa Moreira</i>			
14. REGULAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL.....	455	15.1. CONCEITUAÇÃO E HIPÓTESES LEGAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AS ALTERAÇÕES DA LEI N. 14.230/2021 QUANTO ÀS HIPÓTESES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	547
15. CONTROLE DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA.....	457	15.2. A AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA INTRODUZIDA PELA LEI N. 14.230/2021.....	551
16. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	460	15.3. A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO RELATIVA À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PRAZOS E RÉGIMES.....	558
17. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.....	468	16. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.....	559
18. BENS PÚBLICOS.....	469	16.1. INTRODUÇÃO.....	559
<b>+ DICAS.....</b>	<b>471</b>	16.2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	559
1. A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	471	16.3. REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	560
2. ATOS ADMINISTRATIVOS.....	475	16.4. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS.....	560
3. REGULAMENTO ADMINISTRATIVO.....	481	16.5. TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS.....	561
4. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	482	16.6. DIREITOS DO TITULAR.....	561
5. LICITAÇÕES.....	486	16.7. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO.....	562
6. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	493		
7. PODER DE POLÍCIA.....	500		
8. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	503		
9. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	512		
10. AGENTES PÚBLICOS.....	518		
11. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	527		
12. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO NAS RELAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	532		
13. REGULAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL.....	533		
13.1. CONCEITO E IDENTIFICAÇÃO. O MODELO DE ESTADO-REGULADOR.....	533		
13.2. AS AGÊNCIAS REGULADORAS: CONCEITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS.....	534		
13.3. A COMPETÊNCIA NORMATIVA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS.....	535		
13.4. A LEI DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS (LEI FEDERAL N. 13.848/2019).....	536		
13.4.1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	536		

16.8. FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	563
16.9. AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.....	563
16.10. CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.....	564
17. LIMITES DA INTERVENÇÃO ESTATAL NA LIBERDADE ECONÔMICA (LEI N. 13.874/2019)...	564
17.1. INTRODUÇÃO.....	564
17.2. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	564
17.3. DECLARAÇÃO DE DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA.....	565
17.4. GARANTIAS DE LIVRE INICIATIVA.....	566
17.5. ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO....	567

## NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E HUMANÍSTICA..... 569

*Charles Giacomini*

<b>+ QUESTÕES.....</b>	<b>569</b>
1. SOCIOLOGIA DO DIREITO.....	569
1.1. INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA. ASPECTOS GERENCIAIS DA ATIVIDADE.....	569
1.2. RELAÇÕES SOCIAIS E RELAÇÕES JURÍDICAS. CONTROLE SOCIAL E O DIREITO. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E DIREITO.....	571
1.3. CONFLITOS SOCIAIS E MECANISMOS DE RESOLUÇÃO. SISTEMAS NÃO JUDICIAIS DE COMPOSIÇÃO DOS LITÍGIOS.....	572
2. PSICOLOGIA JUDICIÁRIA.....	573
2.1. PROBLEMAS ATUAIS DA PSICOLOGIA COM REFLEXOS NO DIREITO: ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL....	573
2.2. TEORIA DO CONFLITO E OS MECANISMOS AUTOCOMPOSITIVOS. TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO E MEDIAÇÃO. PROCEDIMENTOS, POSTURAS, CONDUTAS E MECANISMOS PARA OBTER A SOLUÇÃO CONCILIADA.....	574
3. ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL.....	574
3.1. REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL: CARREIRAS, INGRESSO, PROMOÇÕES, REMOÇÕES.....	574
3.2. DIREITOS E DEVERES FUNCIONAIS.....	577
3.3. CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL E PRINCÍPIOS DE BANGALORE.....	578
3.4. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL DOS MAGISTRADOS.....	580

*Paulo César Rodrigues*

4. FILOSOFIA DO DIREITO.....	581
4.1. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO. UTILITARISMO E KANTISMO. DIREITO E JUSTIÇA.....	581
4.2. SISTEMA BRASILEIRO DOS PRECEDENTES.....	581
5. TEORIA GERAL DO DIREITO.....	582
5.1. EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO.....	584

*Anderson Paiva e Fábio Porto*

6. DIREITO DIGITAL.....	584
7. DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO.....	592

## **+ DICAS..... 594**

1. SOCIOLOGIA DO DIREITO.....	594
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO PARA AS DISCIPLINAS DE SOCIOLOGIA DO DIREITO E PSICOLOGIA JUDICIÁRIA (APLICÁVEL TAMBÉM PARA A FILOSOFIA DO DIREITO).....	594
1.2. INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA DO DIREITO.....	595
1.3. SOCIOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA. ASPECTOS GERENCIAIS DA ATIVIDADE JUDICIÁRIA. GESTÃO. GESTÃO DE PESSOAS.....	599
1.4. RELAÇÕES SOCIAIS E RELAÇÕES JURÍDICAS. CONTROLE SOCIAL. TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	606
1.5. DIREITO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E OPINIÃO PÚBLICA.....	610
1.6. CONFLITOS SOCIAIS E MECANISMOS DE RESOLUÇÃO. SISTEMAS NÃO JUDICIAIS DE COMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS.....	613
2. PSICOLOGIA JUDICIÁRIA.....	614
2.1. INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA JUDICIÁRIA.....	615
2.2. PSICOLOGIA E COMUNICAÇÃO.....	618
2.3. PROBLEMAS ATUAIS DA PSICOLOGIA COM REFLEXOS NO DIREITO: ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL....	624
2.4. TEORIA DO CONFLITO E OS MECANISMOS AUTOCOMPOSITIVOS. TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO E MEDIAÇÃO. PROCEDIMENTOS, POSTURAS, CONDUTAS E MECANISMOS PARA OBTER A SOLUÇÃO CONCILIADA.....	628
2.5. O PROCESSO PSICOLÓGICO E A OBTENÇÃO DA VERDADE JUDICIAL. O COMPORTAMENTO DE PARTES E TESTEMUNHAS.....	631

3. ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL.....	633	4.8.1. HANS KELSEN E O POSITIVISMO JURÍDICO.....	683
3.1. INTRODUÇÃO AO ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL....	634	4.8.2. HART.....	684
3.2. REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL: CARREIRAS, INGRESSO, PROMOÇÕES, REMOÇÕES.....	635	4.8.3. PÓS-POSITIVISMO. NEOCONSTITUCIONALISMO.....	685
3.3. DIREITOS E DEVERES FUNCIONAIS.....	642	4.9. PRINCIPAIS TEÓRICOS PÓS-POSITIVISTAS.....	685
3.4. CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL, PRINCÍPIOS DE BANGALORE E CÓDIGO IBERO-AMERICANO DE ÉTICA JUDICIAL .....	647	4.9.1. GUSTAV RADBUCH.....	685
3.5. SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DO PODER JUDICIÁRIO: CORREGEDORIAS, OUVIDORIAS, CONSELHOS SUPERIORES E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	656	4.9.2. ROBERT ALEXY.....	686
3.6. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL DOS MAGISTRADOS.....	660	4.9.3. RONALD DWORKIN.....	686
3.7. ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO.....	668	4.9.4. JOHN RAWLS .....	687
4. FILOSOFIA DO DIREITO .....	668	4.9.5. JOHN HART ELY.....	689
4.1. INTRODUÇÃO.....	668	4.9.6. OS ALEMÃES.....	689
4.2. LINHA DO TEMPO.....	672	4.9.6.1. PETER HÄBERLE.....	689
4.3. JUSTIÇA E DIREITO .....	674	4.9.6.2. JÜRGEN HABERMAS.....	690
4.4. ANTIGUIDADE.....	675	4.10. COTEJO ENTRE AS IDEIAS DOS PENSAADORES PÓS-POSITIVISTAS E JULGADOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	690
4.4.1. GREGOS E A JUSTIÇA .....	675	4.11. O <i>COMMON LAW</i> NORTE-AMERICANO: OS REALISTAS, PRAGMÁTICOS E CONSEQUENCIALISTAS .....	693
4.4.2. O QUE É A JUSTIÇA? A JUSTIÇA PARA ARISTÓTELES .....	675	5. TEORIA GERAL DO DIREITO .....	693
4.4.3. OS ROMANOS .....	676	5.1. PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE O ESTADO E O DIREITO .....	693
4.5. OS MEDIEVAIS.....	677	5.2. CONSTITUCIONALISMO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO.....	695
4.5.1. SANTO AGOSTINHO .....	677	5.3. ESTADO.....	696
4.5.2. SÃO TOMÁS DE AQUINO .....	677	5.4. DIREITO.....	697
4.5.3. GUILHERME DE OCKHAM.....	678	5.5. DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO ..	698
4.6. A MODERNIDADE .....	678	5.6. DIREITO NATURAL E DIREITO POSITIVO	698
4.6.1. FRANCISCO DE VITÓRIA.....	678	5.7. DIREITO OBJETIVO E DIREITO SUBJETIVO .....	699
4.6.2. HUGO GRÓCIO.....	679	5.8. POSTULADO DA INTANGIBILIDADE.....	699
4.6.3. SAMUEL PUFENDORF .....	679	5.9. DOGMÁTICA E ZETÉTICA.....	699
4.6.4. CHRISTIAN THOMASIU.....	679	5.10. ORDENAMENTO JURÍDICO .....	699
4.6.5. O CONTRATO SOCIAL: HOBES, LOCKE E ROUSSEAU .....	679	5.11. INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS.....	700
4.6.6. MONTESQUIEU .....	681	5.12. PRINCIPAIS RAMOS DO DIREITO .....	701
4.7. O SÉC. XVIII E AS REVOLUÇÕES LIBERAIS .....	681	5.12.1. DIREITO CONSTITUCIONAL .....	701
4.7.1. IMMANUEL KANT .....	682	5.12.2. DIREITO CIVIL .....	701
4.7.2. JEREMY BENTHAM .....	682	5.12.3. DIREITO EMPRESARIAL.....	701
4.7.3. FRIEDRICH CARL VON SAVIGNY .....	682	5.12.4. DIREITO PENAL .....	701
4.7.4. RUDOLF VON IHERING .....	683	5.12.5. DIREITO ADMINISTRATIVO.....	701
4.8. PÓS-MODERNIDADE .....	683	5.12.6. DIREITO TRIBUTÁRIO .....	701
		5.12.7. DIREITO AMBIENTAL.....	702
		5.12.8. DIREITO INTERNACIONAL .....	702
		5.12.9. DIREITO DO TRABALHO .....	702
		5.12.10. DIREITO PROCESSUAL.....	702
		5.13. FONTES DO DIREITO.....	702
		5.14. O SISTEMA ROMANO-GERMÂNICO.....	704

5.15. O SISTEMA DO <i>COMMON LAW</i> .....	704	7.2.5. MICROSSISTEMA DE JUSTIÇA DIGITAL: AS RESOLUÇÕES DO CNJ SOBRE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO JUDICIÁRIO.....	724
5.16. SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES.....	704	7.3. A PERSECUÇÃO PENAL E NOVAS TECNOLOGIAS.....	726
5.17. DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	706	7.3.1. CRIMES VIRTUAIS E CIBERSEGURANÇA.....	726
5.18. DIREITOS HUMANOS, DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	707	7.3.2. <i>DEEPWEB</i> E <i>DARKWEB</i> .....	728
5.18.1. DIREITOS HUMANOS.....	707	7.3.3. CRIPTOMOEDAS E LAVAGEM DE DINHEIRO.....	728
5.18.2. DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	707	7.3.4. PROVAS DIGITAIS.....	729
5.18.3. DIREITOS DA PERSONALIDADE..	708	7.4. NOÇÕES GERAIS DE CONTRATOS INTELIGENTES, <i>BLOCKCHAIN</i> E ALGORITMOS.....	731
5.18.4. DIREITOS FUNDAMENTAIS: ATRIBUTOS.....	708	7.4.1. <i>BLOCKCHAIN</i> .....	731
5.18.5. DIREITOS FUNDAMENTAIS: DIMENSÕES.....	708	7.4.2. CONTRATOS INTELIGENTES.....	732
5.18.6. DIREITOS FUNDAMENTAIS: TITULARIDADE.....	709	7.4.3. ALGORITMO.....	733
5.18.7. DIREITOS FUNDAMENTAIS: CONSEQUÊNCIAS A PARTIR DO RECONHECIMENTO.....	709	7.5. NOÇÕES GERAIS DO MARCO CIVIL DA INTERNET, LGPD E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	734
6. RELAÇÕES ENTRE DIREITO ESTRANGEIRO E A ORDEM JURÍDICA INTERNA.....	710	7.5.1. O MARCO CIVIL DA INTERNET ...	734
6.1. A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM (ONU).....	710	7.5.1.1. RESPONSABILIDADE DOS PROVEDORES DA INTERNET.....	734
6.2. CONTROLE JURISDICIONAL DE CONVENCIONALIDADE.....	712	7.5.1.2. CONTROLE PRÉVIO DE CONTEÚDO.....	735
6.3. AGENDA 2030: DOS 17 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E APLICAÇÃO PARA O PODER JUDICIÁRIO.....	713	7.5.1.3. REQUISICÃO JUDICIAL DE REGISTRO.....	735
7. DIREITO DIGITAL.....	714	7.5.1.4. <i>FAKE NEWS</i> E O COMBATE A DESINFORMAÇÃO NA REDE.....	735
7.1. A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO.....	714	7.5.1.5. TESES JURISPRUDENCIAIS DO STJ A RESPEITO DO MARCO CIVIL DA INTERNET.....	736
7.1.1. A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.....	715	7.5.1.6. DECISÕES RELEVANTES DO STF A RESPEITO DO MARCO CIVIL DA INTERNET.....	737
7.2. TECNOLOGIA NO CONTEXTO JURÍDICO.....	716	7.5.1.7. DAS NOVIDADES LEGISLATIVAS.....	742
7.2.1. AUTOMAÇÃO DO PROCESSO...	716	7.5.2. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.....	742
7.2.2. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO.....	718	7.5.2.1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	743
7.2.2.1. REGULAMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL....	719	7.5.2.2. PRINCÍPIOS.....	743
7.2.2.2. A RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATOS AUTÔNOMOS DE MÁQUINAS.....	720	7.5.2.3. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E DIREITOS DO TITULAR.....	743
7.2.2.3. A NOÇÃO DE DEVIDO PROCESSO LEGAL E DE ISONOMIA PERANTE POSSÍVEIS VIESES ALGORÍTMICOS.....	722	7.5.2.4. LGPD E O PODER JUDICIÁRIO.....	744
7.2.3. AUDIÊNCIAS VIRTUAIS E CORTES REMOTAS.....	723	8. COGNIÇÃO DO JUIZ E TOMADA DE DECISÃO....	745
7.2.4. CIÊNCIA DE DADOS E JURIMETRIA.....	723		

8.1. PRAGMATISMO: CONCEITOS ESSENCIAIS.....	745		
8.2. DISPOSIÇÕES DA LINDB SOBRE O CONSEQUENCIALISMO NA TOMADA DE DECISÃO JUDICIAL .....	746		
8.3. INTRODUÇÃO À ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO (AED) .....	747		
8.4. ECONOMIA COMPORTAMENTAL. HEURÍSTICA E VIESES COGNITIVOS.....	749		
8.5. GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE NO BRASIL .....	750		
9. DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO.....	751		
9.1. LEGISLAÇÃO ANTIDISCRIMINAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL.....	751		
9.2. MODALIDADES DE DISCRIMINAÇÃO .....	751		
9.3. CONCEITOS FUNDAMENTAIS .....	752		
9.4. PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO .....	753		
9.5. AÇÕES AFIRMATIVAS.....	754		
9.6. DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS...	754		
9.7. NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....	756		
9.8. NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO À MULHER, AOS IDOSOS, E ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	756		
<b>DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>759</b>		
<i>Felipe de Freitas</i>			
✦ <b>QUESTÕES .....</b>	<b>759</b>		
1. TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS .....	759		
2. DIREITOS HUMANOS NAS EMPRESAS.....	762		
3. SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS .....	764		
4. SISTEMA REGIONAL INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	767		
5. CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE .....	775		
6. OS DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	777		
7. A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS .....	777		
8. HIERARQUIA DOS TRATADOS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ORDEM JURÍDICA INTERNA BRASILEIRA. CONTROLE JUDICIAL DE CONVENCIONALIDADE (INTERNO E EXTERNO).....	780		
9. DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS. DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS. CONVENÇÃO 169 DA ORGANIZAÇÃO IN-			
TERNACIONAL DO TRABALHO. CONVENÇÃO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS. CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS. RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA SOBRE DIREITOS E GARANTIAS DOS POVOS ORIGINÁRIOS.....		781	
✦ <b>DICAS .....</b>	<b>784</b>		
1. TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS .....	784		
2. DIREITOS HUMANOS NAS EMPRESAS.....	788		
3. SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS .....	790		
4. SISTEMA REGIONAL INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	791		
5. CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE. CONTROLE JUDICIAL DE CONVENCIONALIDADE (INTERNO E EXTERNO) .....	799		
6. OS DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	800		
7. OS PRINCÍPIOS QUE REGEM AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL .....	800		
8. OS DIREITOS CONSAGRADOS NOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS DOS QUAIS O BRASIL FOR PARTE .....	800		
9. O PROCEDIMENTO DE INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA DA CONSTITUIÇÃO. HIERARQUIA DOS TRATADOS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ORDEM JURÍDICA INTERNA BRASILEIRA. A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E O DIREITO BRASILEIRO.....		804	
10. DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS. DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS. CONVENÇÃO 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. CONVENÇÃO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS. CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS. RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA SOBRE DIREITOS E GARANTIAS DOS POVOS ORIGINÁRIOS.....		805	
<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....</b>	<b>809</b>		
<i>Yasmin Duarte</i>			
✦ <b>QUESTÕES .....</b>	<b>809</b>		
1. NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL (CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS). CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL. ACESSO À JUSTIÇA. FONTES DA NORMA PROCESSUAL (ATOS LEGISLATIVOS, COSTUME, PRECEDENTES, RESOLUÇÕES, NEGÓCIOS			

JURÍDICOS PROCESSUAIS). NORMA PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	809	10. IMPEDIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ARBITRO.....	867
<b>+</b> <b>DICAS</b> .....	<b>815</b>	11. DEVIDO PROCESSO ARBITRAL.....	867
1. NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....	815	12. COOPERAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO COM A ARBITRAGEM.....	868
2. JURISDIÇÃO.....	818	<b>DIREITO CIVIL.....</b>	<b>869</b>
3. COMPETÊNCIA.....	820	<i>Ana Fernanda Babinski Veronese</i>	
4. LEGITIMIDADE E INTERESSE PROCESSUAL.....	822	<b>+</b> <b>QUESTÕES</b> .....	<b>869</b>
5. LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	824	1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS LEIS. CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL. CONCEITO. EFEITOS. PERSONALIZAÇÃO. DIREITOS FUNDAMENTAIS E RELAÇÕES PRIVADAS. CONFLITO DAS LEIS NO TEMPO. EFICÁCIA DA LEI NO ESPAÇO.....	869
6. ATOS PROCESSUAIS.....	826	2. PESSOAS NATURAIS. DIREITOS DA PERSONALIDADE. INCAPACIDADE. LEGITIMIDADE. MORTE PRESUMIDA. AUSÊNCIA. TUTELA. CURATELA. TOMADA DE DECISÃO APOIADA. ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. DOMICÍLIO.....	872
7. FASE POSTULATÓRIA NO PROCESSO CIVIL.....	828	3. PESSOAS JURÍDICAS. PERSONALIDADE JURÍDICA DA PESSOA JURÍDICA. DESCONSIDERAÇÃO. CLASSIFICAÇÃO. INÍCIO E FIM DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA PESSOA JURÍDICA. ADMINISTRAÇÃO. CLASSIFICAÇÃO: PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO. SOCIEDADES, ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES. PARTIDOS POLÍTICOS (ASPECTOS CIVIS). ENTIDADES SEM PERSONIFICAÇÃO JURÍDICA E NOVOS SUJEITOS DE DIREITO. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS.....	879
8. PROVAS.....	830	4. BENS. CLASSIFICAÇÃO. REGIME JURÍDICO. BEM DE FAMÍLIA. PATRIMÔNIO. PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO.....	882
9. SENTENÇA.....	832	5. FATOS JURÍDICOS. ATOS JURÍDICOS. NEGÓCIOS JURÍDICOS. EXISTÊNCIA, EFICÁCIA E VALIDADE. CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO. REPRESENTAÇÃO. DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO. ERRO OU IGNORÂNCIA, DOLO, COAÇÃO, ESTADO DE PERIGO, LESÃO, FRAUDE CONTRA CREDORES. INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO. NULIDADE. SIMULAÇÃO. DISTINÇÕES ENTRE NULIDADE E ANULABILIDADE. CONVERSÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO. ATO LÍCITO E ILÍCITO. ABUSO DO DIREITO. TEORIA DA APARÊNCIA. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. PROVA.....	883
10. TUTELAS PROVISÓRIAS.....	834		
11. COISA JULGADA.....	836		
12. SISTEMA DE PRECEDENTES.....	837		
13. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO ÀS DECISÕES JUDICIAIS.....	840		
14. RECURSOS EM ESPÉCIE.....	842		
15. MECANISMOS DE FORMAÇÃO DE PRECEDENTES VINCULANTES.....	844		
16. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	846		
17. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS.....	848		
18. DEFESA DO EXECUTADO.....	850		
19. ADAPTABILIDADE DO PROCEDIMENTO.....	853		
20. PODER PÚBLICO EM JUÍZO.....	854		
21. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS.....	856		
22. PROCESSOS ESTRUTURAIS.....	858		
23. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	859		
<i>Trícia Navarro</i>			
1. MEIOS ADEQUADOS E INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: O SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS.....	861		
2. CONSENSUALIDADE E AUTOCOMPOSIÇÃO.....	862		
3. CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E OUTROS MEIOS DE RESOLUÇÃO (JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL) DE DISPUTAS.....	862		
4. CONSENSUALIDADE NOS TRIBUNAIS.....	865		
5. ARBITRAGEM E PODER JUDICIÁRIO.....	866		
6. COMPROMISSO ARBITRAL E CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....	866		
7. TUTELAS DE URGÊNCIA ANTES, DURANTE E DEPOIS DO PROCESSO ARBITRAL.....	866		
8. IMPUGNAÇÃO JUDICIAL DA SENTENÇA ARBITRAL.....	867		
9. AÇÃO PARA OBTENÇÃO DO COMPROMISSO ARBITRAL.....	867		

6. OBRIGAÇÕES. MODALIDADE DAS OBRIGAÇÕES. OBRIGAÇÃO NATURAL. OBRIGAÇÃO <i>PROPTER REM</i> . OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS. OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS. OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS. TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES: CESSÃO DE CRÉDITO E ASSUNÇÃO DE DÍVIDA. ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES. INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES. MORA, PERDAS E DANOS, JUROS LEGAIS, CLÁUSULA PENAL, ARRAS OU SINAL. PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS .....	895	13. PROPRIEDADE. DEFINIÇÃO. ELEMENTOS. CLASSIFICAÇÃO. EXTENSÃO DA PROPRIEDADE. RESTRIÇÕES À PROPRIEDADE. AQUISIÇÃO OU CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE. PROPRIEDADE IMÓVEL. PROPRIEDADE MÓVEL. PROPRIEDADE RESOLÚVEL E FIDUCIÁRIA. PERDA DA PROPRIEDADE MÓVEL E IMÓVEL. USUCAPIÃO. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE. PROPRIEDADE URBANA E RURAL. ESTATUTO DA TERRA E ESTATUTO DAS CIDADES. POLÍTICA AGRÍCOLA E REFORMA AGRÁRIA. DIREITO DE VIZINHANÇA. ENFITEUSE E OCUPAÇÃO EM TERRENOS DE MARINHA. REGISTROS DE IMÓVEIS: NOÇÕES GERAIS, REGISTROS, PRESUNÇÃO DE FÉ PÚBLICA E IMÓVEIS DA UNIÃO. PRIORIDADE, ESPECIALIDADE, LEGALIDADE, CONTINUIDADE. PROCEDIMENTO DE DÚVIDA. DIREITO DE LAJE.....	939
7. OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS .....	897	14. CONDOMÍNIO. CONDOMÍNIO EM GERAL. CONDOMÍNIO EDILÍCIO. CONDOMÍNIO DE LOTES E CONDOMÍNIO URBANO SIMPLES. CONDOMÍNIO EM MULTIPROPRIEDADE. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO. LOTEAMENTOS DE ACESSO RESTRITO. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA.....	946
8. CONTRATOS EM GERAL: TEORIA GERAL DOS CONTRATOS. FORMAÇÃO E INTERPRETAÇÃO. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS. PRESSUPOSTOS DE VALIDADE. PRINCÍPIOS. FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO. BOA-FÉ SUBJETIVA E OBJETIVA. REVISÃO E SUAS MODALIDADES. EXTINÇÃO .....	901	15. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA NO CÓDIGO CIVIL E NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA DE IMÓVEIS. CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CRÉDITO. PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO. SECURITIZAÇÃO .....	951
9. CONTRATOS EM ESPÉCIE. COMPRA E VENDA. TROCA OU PERMUTA. CONTRATO ESTIMATÓRIO. DOAÇÃO. LOCAÇÃO DE COISAS. LOCAÇÃO DE IMÓVEIS. EMPRÉSTIMO: COMODATO E MÚTUO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. EMPREITADA. DEPÓSITO. MANDATO. COMISSÃO. AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO. CORRETAGEM. TRANSPORTE. SEGURO. CONSTITUIÇÃO DE RENDA. JOGO E APOSTA. FIANÇA. TRANSAÇÃO. COMPROMISSO .....	912	16. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS PRÓPRIAS E ALHEIAS. DIREITOS REAIS DE GARANTIA. DIREITOS REAIS DE AQUISIÇÃO. DISPOSIÇÕES GERAIS. PROPRIEDADE RESOLÚVEL .....	951
10. ATOS UNILATERAIS. PROMESSA DE RECOMPENSA. GESTÃO DE NEGÓCIOS. PAGAMENTO INDEVIDO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA .....	930	17. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ESTATUTO DA JUVENTUDE. ESTATUTO DA PESSOA IDOSA.....	954
11. RESPONSABILIDADE CIVIL. ELEMENTOS. RESPONSABILIDADE POR FATO DE OUTREM. RESPONSABILIDADE POR FATO DA COISA. TEORIAS SUBJETIVA E OBJETIVA DA RESPONSABILIDADE CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E EMPREGO. DANO MORAL E MATERIAL. DANO COLETIVO. DANO ESTÉTICO. DANO À IMAGEM. INDENIZAÇÃO. PERDA DE UMA CHANCE. NEXO CAUSAL E SUAS TEORIAS. LIQUIDAÇÃO DO DANO. RESPONSABILIDADE PRÉ E PÓS CONTRATUAL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E AQUILIANA. EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE CIVIL. BOA-FÉ SUBJETIVA E OBJETIVA.....	931	18. DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: INCLUSÃO, DIREITOS E GARANTIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA PRIORIDADE DE ATENDIMENTO E PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA.....	960
12. POSSE E DETENÇÃO. DEFINIÇÃO. NATUREZA JURÍDICA. CLASSIFICAÇÃO DE POSSE. AQUISIÇÃO DA POSSE. EFEITOS DA POSSE. COMPOSSE. PROTEÇÃO POSSESSÓRIA. PERDA DA POSSE.....	937	19. MARCO CIVIL DA INTERNET. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	961
		20. ASPECTOS GERAIS DO DIREITO DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES. CASAMENTO. UNIÃO ESTÁVEL. REPERCUSSÕES PREVIDENCIÁRIAS. RELAÇÕES DE PARENTESCO. REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES E	

OS COMPANHEIROS. BEM DE FAMÍLIA. TUTELA. CURATELA. SUCESSÃO EM GERAL: SUCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA .....	963	5º, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I, 1ª PARTE.....	1002
BEM DE FAMÍLIA.....	977	1.2. EMANCIPAÇÃO JUDICIAL – ART. 5º, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I, 2ª PARTE	1002
21. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONSUMIDOR. FORNECEDOR. DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR. QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS. PREVENÇÃO E REPARAÇÃO DOS DANOS. DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO .....	987	1.3. EMANCIPAÇÃO LEGAL – ART. 5º, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISOS II, III, IV E V...	1002
<b>+</b> <b>DICAS</b> .....	<b>994</b>	<b>+ CAPÍTULO 4 – DO DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL</b> .....	<b>1002</b>
PARTE I – PARTE GERAL.....	994	1. CONCEITO DE DOMICÍLIO.....	1002
<b>+ CAPÍTULO 1 – DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL E DA PERSONALIDADE JURÍDICA</b> .....	<b>994</b>	2. PLURALIDADE DE DOMICÍLIOS E RESIDÊNCIAS.....	1003
1. DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL (CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL).....	994	3. DOMICÍLIO PROFISSIONAL.....	1003
1.1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO CONSTITUCIONALISMO.....	994	4. MUDANÇA DE DOMICÍLIO .....	1003
1.2. CRISE DO DIREITO CIVIL.....	996	5. DOMICÍLIO APARENTE OU OCASIONAL.....	1003
1.3. ADOÇÃO DA TÉCNICA CONSTITUCIONAL ABERTA .....	997	6. CLASSIFICAÇÃO DO DOMICÍLIO .....	1003
1.4. CONCLUSÃO: DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL E A QUEBRA DE PARADIGMA NO BRASIL.....	997	<b>+ CAPÍTULO 5 – DA PESSOA JURÍDICA</b> .....	<b>1004</b>
2. CONCEITO DE PERSONALIDADE JURÍDICA.....	998	1. PERSONALIDADE JURÍDICA DA PESSOA JURÍDICA .....	1004
3. CAPACIDADE JURÍDICA.....	998	2. A PESSOA JURÍDICA NA VISÃO CIVIL-CONSTITUCIONAL .....	1004
4. INÍCIO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA PESSOA NATURAL .....	998	3. FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA.....	1004
4.1. TEORIA NATALISTA.....	998	4. CONCEITO.....	1004
4.2. TEORIA CONCEPCIONISTA .....	998	5. CARACTERÍSTICAS .....	1004
5. FIM DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA PESSOA NATURAL .....	999	6. CLASSIFICAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS....	1004
5.1. MORTE PRESUMIDA SEM A DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA .....	999	7. ESPÉCIES DE PESSOAS JURÍDICAS.....	1004
5.2. MORTE PRESUMIDA COM DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA .....	999	7.1. CORPORAÇÕES.....	1004
5.2.1. SUCESSÃO DEFINITIVA DIRETA	1000	7.2. FUNDAÇÕES .....	1004
<b>+ CAPÍTULO 2 – DAS INCAPACIDADES</b> .....	<b>1000</b>	7.3. EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (REVOGADA) ....	1005
1. INCAPACIDADE ABSOLUTA .....	1000	7.4. EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	1005
2. INCAPACIDADE RELATIVA .....	1000	8. CLASSIFICAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS QUANTO ÀS FUNÇÕES EXERCIDAS .....	1005
3. CONDIÇÃO JURÍDICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....	1001	9. COMEÇO DA EXISTÊNCIA DA PESSOA JURÍDICA .....	1005
4. CASOS EM QUE A MANIFESTAÇÃO DO INCAPAZ SERÁ CONSIDERADA VÁLIDA .....	1001	10. ENTES FORMAIS OU DESPERSONALIZADOS...	1005
<b>+ CAPÍTULO 3 – DA EMANCIPAÇÃO</b> .....	<b>1002</b>	11. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA ( <i>DISREGARD DOCTRINE</i> ).....	1005
1. TIPOS DE EMANCIPAÇÃO – ART. 5º, PARÁGRAFO ÚNICO, CC .....	1002	11.1. CONCEITO.....	1005
1.1. EMANCIPAÇÃO VOLUNTÁRIA OU POR CONCESSÃO DOS PAIS – ART.		11.2. TEORIAS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA .....	1006
		11.3. REQUISITOS PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	1006
		11.4. DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA .....	1006
		11.5. DESCONSIDERAÇÃO INDIRETA DA PERSONALIDADE JURÍDICA .....	1007
		11.6. TEORIA EXPANSIVA OU DESCONSIDERAÇÃO SUSPENSIVA .....	1007

11.7. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA “POSITIVA”.....	1007	6.3. ESTUDO DE CASO PRÁTICO: O CANDIDATO E AS NOTÍCIAS ANTIGAS.....	1014
<b>† CAPÍTULO 6 – DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE .....</b>	<b>1008</b>	6.4. A TUTELA CONTRA ABUSOS E EXCESSOS: O QUE AINDA PODE SER FEITO?.....	1014
1. DEFINIÇÃO .....	1008	6.5. O FUNCIONAMENTO PRÁTICO DO DIREITO À DESINDEXAÇÃO .....	1015
2. CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	1008	6.6. A POSIÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA.....	1015
3. TUTELA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE APÓS A MORTE.....	1009	<b>7. JULGADOS E ENUNCIADOS IMPORTANTES SOBRE O TEMA DE DIREITOS DA PERSONALIDADE.....</b>	<b>1015</b>
4. DIREITO AO NOME (ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS) .....	1009	<b>† CAPÍTULO 7 – DOS BENS JURÍDICOS .....</b>	<b>1016</b>
4.1. ALTERAÇÃO DO NOME.....	1009	1. NOÇÃO.....	1016
5. RESPONSABILIDADE DAS PLATAFORMAS DIGITAIS POR FATO DE TERCEIROS.....	1010	1.1. DISTINÇÃO ENTRE BENS E COISAS .....	1016
5.1. INTRODUÇÃO: O PROBLEMA DA RESPONSABILIDADE POR CONTEÚDO DE TERCEIROS .....	1010	1.2. PATRIMÔNIO .....	1016
5.2. O REGIME ORIGINAL DO MARCO CIVIL DA INTERNET .....	1010	1.2.1. PATRIMÔNIO MÍNIMO.....	1016
5.2.1. A REGRA GERAL DO ART. 19: O SISTEMA DE <i>JUDICIAL NOTICE AND TAKE DOWN</i> .....	1010	2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS .....	1017
5.2.2. A EXCEÇÃO DO ART. 21: O SISTEMA DE <i>NOTICE AND TAKE DOWN</i> .....	1010	2.1. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À MOBILIDADE.....	1017
5.3.1. A NOVA REGRA GERAL: A RESPONSABILIDADE A PARTIR DA NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	1011	2.1.1. BENS IMÓVEIS .....	1017
5.3.2. A NOVA EXCEÇÃO: SITUAÇÕES QUE AINDA EXIGEM ORDEM JUDICIAL .....	1011	2.1.2. BENS MÓVEIS .....	1017
5.4. QUADRO SINÓPTICO: O REGIME DE RESPONSABILIDADE ANTES E DEPOIS DO STF.....	1011	2.1.2.1. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À FUNGIBILIDADE .....	1017
5.5. CONCLUSÃO E IMPACTOS PRÁTICOS .....	1012	2.1.2.2. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À CONSUNTIBILIDADE.....	1017
5.6. O DEVER DE CUIDADO E REVISÃO DAS NOVAS REGRAS E INTRODUÇÃO À PROATIVIDADE .....	1012	2.1.2.3. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À DIVISIBILIDADE.....	1017
5.7. O DEVER DE CUIDADO E A NOÇÃO DE “FALHA SISTÊMICA” .....	1012	2.1.2.4. BENS SINGULARES E COLETIVOS .....	1018
5.7.1. CRIMES GRAVÍSSIMOS E O DEVER DE AGIR PROATIVAMENTE.....	1012	2.1.2.5. BENS CORPÓREOS E INCORPÓREOS .....	1018
5.8. A CAPACIDADE TÉCNICA DAS PLATAFORMAS E A QUESTÃO DA CENSURA.....	1013	2.2. BENS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS.....	1018
5.9. NOVAS OBRIGAÇÕES PROCESSUAIS E DE TRANSPARÊNCIA.....	1013	2.2.1. BEM PRINCIPAL E BENS ACESSÓRIOS .....	1018
6. DIREITO AO ESQUECIMENTO E DIREITO A DESINDEXAÇÃO .....	1014	2.3. BENS PÚBLICOS.....	1019
6.1. CONCEITO E DEFINIÇÃO .....	1014	3. BEM DE FAMÍLIA.....	1019
6.2. A POSIÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF).....	1014	3.1. NOÇÕES.....	1019
		3.2. BEM DE FAMÍLIA LEGAL .....	1019
		3.2.1. ASPECTOS RELEVANTES SOBRE BEM DE FAMÍLIA NO STJ.....	1019
		3.2.2. EXCEÇÕES LEGAIS À IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA.....	1019
		3.3. BEM DE FAMÍLIA CONVENCIONAL .....	1019
		4. JULGADOS E SÚMULAS IMPORTANTES SOBRE O TEMA DE DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	1020
		5. NATUREZA JURÍDICA DOS ANIMAIS E SEUS DIREITOS.....	1020

5.1. A VISÃO CLÁSSICA VS. A VISÃO CONTEMPORÂNEA.....	1020	4. NULIDADE E ANULABILIDADE .....	1024
5.1.1. A VISÃO TRADICIONAL (CÓDIGO CIVIL - ART. 82).....	1020	4.1. CAUSAS GERAIS DE NULIDADE ABSOLUTA .....	1024
5.1.2. A VISÃO MODERNA (CONSTITUCIONAL E JURISPRUDENCIAL) .....	1020	4.2. CLÁUSULAS GERAIS DE ANULABILIDADE.....	1024
5.2. A DUALIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO E SEUS DESAFIOS.....	1020	5. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS .....	1024
5.3. A RELAÇÃO AFETIVA COM ANIMAIS E O DIREITO (ANTEPROJETO DE REFORMA DO CC) .....	1021	5.1. CONFIRMAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO (ART. 172 DO CC) .....	1025
5.4. A SUPERAÇÃO DA VISÃO PATRIMONIALISTA: RUMO A UM NOVO STATUS JURÍDICO.....	1021	5.2. REDUÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO (ART. 184 DO CC) .....	1025
5.4.1. ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO E VÍNCULOS AFETIVOS.....	1021	5.3. CONVERSÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO (ART. 170 DO CC).....	1025
5.4.2. A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL REFORÇADA (STF).....	1021	<b>+ CAPÍTULO 9 – DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO.....</b>	<b>1025</b>
5.5. A TESE DA DUPLA DIMENSÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	1021	1. INTRODUÇÃO.....	1025
5.5.1. DIMENSÃO 1: EFICÁCIA POSITIVA (VISÃO ANTROPOCÊNTRICA - TRADICIONAL).....	1022	2. ERRO .....	1026
5.5.2. DIMENSÃO 2: EFICÁCIA NEGATIVA (VISÃO BIOCÊNTRICA/NÃO-ESPECISTA - INOVADORA) .....	1022	3. DOLO .....	1027
5.5.3. CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS DA DUPLA DIMENSÃO .....	1022	4. COAÇÃO .....	1028
5.6. CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS E FUNDAMENTOS ADICIONAIS .....	1022	5. ESTADO DE PERIGO .....	1028
5.6.1. O NOVO PARADIGMA: DA EXPLORAÇÃO AO CUIDADO .....	1022	6. LESÃO .....	1029
5.6.2. MANIFESTAÇÕES NA DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA.....	1022	7. FRAUDE CONTRA CREDORES .....	1030
5.6.3. A PERSPECTIVA INTERNACIONAL: A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DOS ANIMAIS .....	1023	8. SIMULAÇÃO .....	1030
<b>+ CAPÍTULO 8 – DA TEORIA GERAL DO FATO JURÍDICO.....</b>	<b>1023</b>	<b>+ CAPÍTULO 10 – DA PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA .....</b>	<b>1031</b>
1. DEFINIÇÃO .....	1023	1. CONCEITO.....	1031
2. CLASSIFICAÇÃO DOS FATOS JURÍDICOS.....	1023	2. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL...	1031
3. PLANOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (ESCALA DA PONTEANA) .....	1023	3. CARACTERÍSTICAS DA PRESCRIÇÃO.....	1032
3.1. PLANO DA EXISTÊNCIA .....	1024	3.1. INTERESSE PRIVADO.....	1032
3.2. PLANO DA VALIDADE.....	1024	3.2. RENÚNCIA.....	1032
3.2.1. REQUISITOS DE VALIDADE.....	1024	3.3. LIMITES À RENÚNCIA DA PRESCRIÇÃO ....	1032
3.3. PLANO DA EFICÁCIA .....	1024	3.4. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO .....	1032
3.3.1. ELEMENTOS ACIDENTAIS DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	1024	3.5. IMUTABILIDADE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS .....	1032
		3.6. ALEGAÇÃO DA PRESCRIÇÃO .....	1032
		3.7. SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO .....	1032
		3.8. PRAZOS PRESCRICIONAIS .....	1032
		4. DECADÊNCIA.....	1033
		4.1. DECADÊNCIA LEGAL .....	1033
		4.1.1. CARACTERÍSTICAS .....	1033
		4.1.2. DECADÊNCIA CONVENCIONAL.....	1033
		4.2. CARACTERÍSTICAS DA DECADÊNCIA CONVENCIONAL .....	1033
		PARTE II – DIREITO DAS OBRIGAÇÕES .....	1033
		<b>+ CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES .....</b>	<b>1033</b>
		1. CONCEITO DE OBRIGAÇÃO .....	1033

2. OBRIGAÇÕES HÍBRIDAS OU MISTAS .....	1033	3.1. MODALIDADES.....	1040
2.1. OBRIGAÇÃO <i>PROPTER REM</i> .....	1033		
2.2. OBRIGAÇÃO COM EFICÁCIA REAL .....	1034	<b>+ CAPÍTULO 5 – ADIMPLEMENTO E EX-TINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES .....</b>	<b>1040</b>
3. FONTES DAS OBRIGAÇÕES.....	1034	1. INTRODUÇÃO.....	1040
4. TEORIA DUALISTA (BRINZ) .....	1034	2. PAGAMENTO DIRETO .....	1040
4.1. OBRIGAÇÕES PERFEITAS E IMPERFEITAS.....	1034	2.1. SUJEITOS DO PAGAMENTO .....	1040
5. PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO DEVEDOR.....	1034	2.1.1. <i>SOLVENS</i> .....	1040
5.1. EXCEÇÕES CONSTITUCIONAIS À RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	1034	2.1.2. <i>ACCIPIENS</i> .....	1041
6. OBRIGAÇÃO COMO PROCESSO .....	1035	2.2. OBJETO DO PAGAMENTO DIRETO .....	1041
		2.3. PROVA DO PAGAMENTO DIRETO .....	1041
<b>+ CAPÍTULO 2: CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....</b>	<b>1035</b>	2.4. LUGAR DO PAGAMENTO DIRETO .....	1042
1. OBRIGAÇÃO POSITIVA .....	1035	2.5. TEMPO DO PAGAMENTO .....	1042
1.1. OBRIGAÇÃO DE DAR .....	1035	3. FORMAS ESPECIAIS DE PAGAMENTO E PAGAMENTO INDIRETO.....	1042
1.1.1. OBRIGAÇÃO DE DAR COISA CERTA .....	1035	3.1. PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO .....	1042
1.1.2. OBRIGAÇÃO DE DAR COISA INCERTA.....	1035	3.2. IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO .....	1043
1.1.3. RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA OU DETERIORAÇÃO NA OBRIGAÇÃO DE DAR COISA CERTA .....	1035	3.3. PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO .....	1043
1.1.4. RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA OU DETERIORAÇÃO NA RESTITUIÇÃO DA COISA (ARTS. 238 A 240 DO CÓDIGO CIVIL) .....	1035	3.4. DAÇÃO EM PAGAMENTO.....	1043
1.2. OBRIGAÇÃO DE FAZER .....	1036	3.5. NOVAÇÃO .....	1043
2. OBRIGAÇÕES NEGATIVAS.....	1036	3.6. COMPENSAÇÃO .....	1043
2.1. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER.....	1036	3.7. CONFUSÃO.....	1044
		3.8. REMISSÃO DAS DÍVIDAS.....	1044
<b>+ CAPÍTULO 3 – MODALIDADES OBRIGACIONAIS .....</b>	<b>1036</b>	<b>+ CAPÍTULO 6 – INADIMPLEMENTO .....</b>	<b>1044</b>
1. OBRIGAÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS.....	1036	1. INTRODUÇÃO.....	1044
2. OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS.....	1036	2. INADIMPLEMENTO POR ATO CULPOSO DO DEVEDOR (ART. 389 DO CC).....	1044
3. OBRIGAÇÕES CUMULATIVAS .....	1037	2.1. INADIMPLEMENTO ABSOLUTO .....	1044
4. OBRIGAÇÕES FACULTATIVAS.....	1037	2.2. INADIMPLEMENTO RELATIVO .....	1045
5. OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS .....	1037	2.2.1. MORA DO DEVEDOR .....	1045
6. OBRIGAÇÕES INDIVISÍVEIS .....	1037	2.2.2. MORA DO CREDOR .....	1045
7. OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS .....	1037	3. INADIMPLEMENTO POR FATO NÃO IMPUTÁVEL AO DEVEDOR .....	1045
7.1. A INEXISTÊNCIA DE PRESUNÇÃO DA SOLIDARIEDADE .....	1038	4. NOVA SISTEMÁTICA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA (LEI Nº 14.905/2024) .....	1046
<b>+ CAPÍTULO 4 – TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES.....</b>	<b>1039</b>	5. CLÁUSULA PENAL E ARRAS.....	1046
1. INTRODUÇÃO.....	1039	<b>PARTE III – DIREITO CONTRATUAL.....</b>	<b>1047</b>
2. CESSÃO DE CRÉDITO.....	1039	<b>+ CAPÍTULO 1: CONCEITO E FORMAÇÃO DOS CONTRATOS .....</b>	<b>1047</b>
2.1. REGRAS DA CESSÃO DE CRÉDITO.....	1039	1. CONCEITO DE CONTRATO.....	1047
3. CESSÃO DE DÉBITO OU ASSUNÇÃO DE DÍVIDA .....	1040	2. ESTRUTURA INTERNA DOS CONTRATOS .....	1047
		2.1. ELEMENTOS SUBJETIVOS DO CONTRATO .....	1047
		2.2. ELEMENTO OBJETIVO DO CONTRATO.....	1047
		3. FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....	1048
		3.1. FASE PRÉ-CONTRATUAL OU TRATATIVAS PRELIMINARES .....	1048
		3.2. FASE CONTRATUAL .....	1048

3.2.1. PROPOSTA CONTRATUAL ENTRE AUSENTES .....	1048	5.3. AJUSTES CONTRATUAIS RELATIVOS À EVICÇÃO .....	1057
<b>+</b> <b>CAPÍTULO 2: PRINCÍPIOS CONTRATUAIS....</b>	<b>1048</b>	<b>+</b> <b>CAPÍTULO 6 – REVISÃO DOS CONTRATOS..</b>	<b>1057</b>
1. PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE PRIVADA .....	1048	1. INTRODUÇÃO.....	1057
2. PRINCÍPIO DA FORÇA OBRIGATÓRIA DOS CONTRATOS ( <i>PACTA SUNT SERVANDA</i> ).....	1049	2. TEORIA DA IMPREVISÃO .....	1058
2.1. LIMITAÇÕES.....	1049	3. TEORIA DA QUEBRA DA BASE OBJETIVA DO NEGÓCIO .....	1058
3. PRINCÍPIO DA EQUIVALÊNCIA MATERIAL OU EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO ....	1049	<b>+</b> <b>CAPÍTULO 7 – EXTINÇÃO DOS CONTRATOS .....</b>	<b>1058</b>
4. PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE DOS EFEITOS DO CONTRATO .....	1049	1. INTRODUÇÃO.....	1058
5. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA .....	1049	2. RESOLUÇÃO.....	1059
5.1. NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO CIVIL .....	1049	3. RESILIÇÃO.....	1059
5.2. CONCEITO DE BOA-FÉ OBJETIVA .....	1049	4. RESCISÃO .....	1059
5.3. FUNÇÕES DA BOA-FÉ OBJETIVA.....	1049	PARTE IV – DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO....	1059
5.3.1. DEVERES ANEXOS DA BOA-FÉ OBJETIVA .....	1050	<b>+</b> <b>CAPÍTULO 1 – DA COMPRA E VENDA.....</b>	<b>1059</b>
6. PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL .....	1051	1. CONCEITO DE COMPRA E VENDA .....	1059
6.1. FUNÇÃO SOCIAL COMO LIMITE AO EXERCÍCIO DOS DIREITOS.....	1052	2. OBJETOS DA COMPRA E VENDA.....	1059
6.2. FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS .....	1052	3. VENDA COM BASE EM AMOSTRAS, PROTÓTIPOS OU MODELOS.....	1060
6.3. BOA-FÉ OBJETIVA NOS CONTRATOS X FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS ....	1052	3.1. VENDA POR AMOSTRA, PROTÓTIPO OU MODELO .....	1060
<b>+</b> <b>CAPÍTULO 3: CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS .....</b>	<b>1052</b>	3.2. VENDA A CONTENTO OU SUJEITA À PROVA .....	1060
1. CONTRATOS TÍPICOS E ATÍPICOS .....	1052	3.3. DIFERENÇA ENTRE VENDA A CONTENTO E VENDA SUJEITA À PROVA.....	1060
2. CONTRATOS UNILATERAIS E BILATERAIS.....	1052	4. FIXAÇÃO DO PREÇO POR TERCEIROS .....	1060
3. CONTRATOS CONSENSUAIS E REAIS.....	1053	5. DESPESAS DE ESCRITURA E REGISTRO.....	1060
4. CONTRATOS COMUTATIVOS E ALEATÓRIOS....	1053	6. ENTREGA E PAGAMENTO.....	1061
5. CONTRATOS PRINCIPAIS E ACESSÓRIOS.....	1053	7. INSOLVÊNCIA DO COMPRADOR.....	1061
6. CONTRATOS DE ADESÃO.....	1054	8. VENDA ENTRE ASCENDENTES E DESCENDENTES .....	1061
<b>+</b> <b>CAPÍTULO 4 – FORMAS DE CONTRATAR .....</b>	<b>1054</b>	9. PROIBIÇÕES ESPECÍFICAS DE COMPRA E VENDA.....	1061
1. CONTRATO PRELIMINAR.....	1054	10. DIREITO DE PREFERÊNCIA ENTRE CONDÔMINOS .....	1061
2. ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIROS (ARTIGOS 436 A 438 DO CC).....	1054	11. DA VENDA COM RESERVA DE DOMÍNIO .....	1062
3. PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO (ARTIGOS 439 E 440 DO CC) .....	1055	<b>+</b> <b>CAPÍTULO 2 – DA TROCA OU PERMUTA.....</b>	<b>1062</b>
<b>+</b> <b>CAPÍTULO 5 – VÍCIOS REDIBITÓRIOS E EVICÇÃO .....</b>	<b>1055</b>	1. INTRODUÇÃO À TROCA OU PERMUTA .....	1062
1. CONCEITO DE VÍCIOS REDIBITÓRIOS.....	1055	2. APLICABILIDADE DAS NORMAS DA COMPRA E VENDA .....	1062
2. REQUISITOS DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS .....	1055	3. DESPESAS COM O INSTRUMENTO DA TROCA... ..	1062
3. AÇÕES EDILÍCIAS .....	1056	4. ANULABILIDADE DA TROCA ENTRE ASCENDENTES E DESCENDENTES.....	1062
4. PRAZOS DAS AÇÕES EDILÍCIAS .....	1056	<b>+</b> <b>CAPÍTULO 5 – DA DOAÇÃO.....</b>	<b>1063</b>
5. CONCEITO DE EVICÇÃO .....	1056	1. CONCEITO DE DOAÇÃO .....	1063
5.1. REQUISITOS DA EVICÇÃO.....	1056	2. TIPOS DE DOAÇÃO.....	1063
5.2. DIREITOS DO EVICTO .....	1057	3. REVOGAÇÃO DA DOAÇÃO .....	1063

4. RESTRIÇÕES À LIBERDADE DE DOAR.....	1063	+	<b>CAPÍTULO 11 – DA AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO .....</b>	<b>1070</b>	
+	<b>CAPÍTULO 6 – DA LOCAÇÃO DE COISAS .....</b>	<b>1064</b>	1. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO DE AGÊNCIA.....	1070	
1. INTRODUÇÃO.....	1064	2. EXCLUSIVIDADE E ZONA DE ATUAÇÃO.....	1070		
2. OBRIGAÇÕES DO LOCADOR.....	1064	3. OBRIGAÇÕES DO AGENTE.....	1070		
3. GARANTIAS DO LOCADOR.....	1064	4. DIREITOS DO AGENTE.....	1070		
4. OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO.....	1064	5. RESCISÃO DO CONTRATO.....	1070		
5. DIREITOS DO LOCADOR EM CASO DE MAU USO.....	1064	6. APLICAÇÃO DAS REGRAS DE MANDATO E COMISSÃO.....	1070		
6. PRAZO DA LOCAÇÃO.....	1064	+	<b>CAPÍTULO 12 – DA CORRETAGEM.....</b>	<b>1070</b>	
7. SITUAÇÕES DE ALIENAÇÃO DA COISA ALUGADA.....	1064	1. CONCEITO E NATUREZA DO CONTRATO DE CORRETAGEM.....	1070		
8. TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO POR MORTE.....	1064	2. OBRIGAÇÕES DO CORRETOR.....	1070		
+	<b>CAPÍTULO 7 – DO EMPRÉSTIMO .....</b>	<b>1065</b>	3. REMUNERAÇÃO DO CORRETOR.....	1071	
1. DO COMODATO.....	1065	4. DIREITOS DO CORRETOR.....	1071		
1.1. PRAZO E USO DO COMODATO.....	1065	5. RESPONSABILIDADE DO CORRETOR DE IMÓVEIS.....	1071		
1.2. OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO.....	1065	6. APLICAÇÃO DAS NORMAS ESPECIAIS.....	1071		
2. DO MÚTUO.....	1065	+	<b>CAPÍTULO 13 – CONTRATO DE TRANSPORTE .....</b>	<b>1071</b>	
2.1. TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO E RISCOS.....	1065	1. INTRODUÇÃO.....	1071		
2.2. EMPRÉSTIMOS A MENORES.....	1065	2. REGRAS GERAIS PREVISTAS NO CÓDIGO CIVIL.....	1071		
2.3. GARANTIAS E JUROS.....	1065	3. TRANSPORTE AÉREO.....	1071		
2.4. PRAZOS DO MÚTUO.....	1065	3.1. OBSERVAÇÕES SOBRE CONTRATOS DE TRANSPORTE AÉREO.....	1072		
+	<b>CAPÍTULO 8 – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO; DA EMPREITADA E DO DEPÓSITO .....</b>	<b>1065</b>	4. TRANSPORTE CUMULATIVO.....	1072	
1. RETRIBUIÇÃO E DURAÇÃO DO CONTRATO.....	1065	5. TRANSPORTE DE PESSOAS.....	1072		
2. OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇO.....	1066	6. RESILIÇÃO E DIREITOS DO PASSAGEIRO.....	1072		
3. DIREITOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO.....	1066	7. TRANSPORTE DE COISAS.....	1072		
4. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.....	1066	7.1. ESTUDO DE CASO: O VALE-PEDÁGIO E A “ARMADILHA” DO FRETE EMBUTIDO (AGINT NO RESP 2.202.257-SP (INFO 864) E AGINT NO RESP 2.188.300/RS).....	1072		
5. DA EMPREITADA.....	1066	7.1.1. O CENÁRIO (A PRÁTICA COMUM, MAS ILEGAL).....	1072		
6. DO DEPÓSITO.....	1067	7.1.2. O PROBLEMA JURÍDICO.....	1072		
6.1. DO DEPÓSITO VOLUNTÁRIO.....	1067	7.1.3. A AÇÃO JUDICIAL E A DEFESA DA INDÚSTRIA.....	1073		
6.2. DO DEPÓSITO NECESSÁRIO.....	1068	7.1.4. A DECISÃO DO STJ.....	1073		
6.3. EXEMPLOS PRÁTICOS.....	1068	7.1.5. A CONSEQUÊNCIA FINANCEIRA (A “DOR NO BOLSO”).....	1073		
+	<b>CAPÍTULO 9 – DO MANDATO.....</b>	<b>1069</b>	+	<b>CAPÍTULO 14 – CONTRATO DE SEGURO.....</b>	<b>1073</b>
1. FORMA E VALIDADE DO MANDATO.....	1069	1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO NORMATIVA.....	1073		
2. OBRIGAÇÕES DO MANDATÁRIO.....	1069	1.1. A TRANSIÇÃO DE PARADIGMA: DO CÓDIGO CIVIL À LEI ESPECIAL.....	1073		
3. DIREITOS DO MANDATÁRIO.....	1069				
4. OBRIGAÇÕES DO MANDANTE.....	1069				
5. EXTINÇÃO DO MANDATO.....	1069				
+	<b>CAPÍTULO 10 – DA COMISSÃO .....</b>	<b>1069</b>			
1. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO COMISSÁRIO.....	1069				
2. CLÁUSULA <i>DEL CREDERE</i> .....	1069				
3. ALTERAÇÕES E DESPESAS.....	1070				
4. APLICAÇÃO DAS REGRAS DE MANDATO.....	1070				

1.2.	A REVOGAÇÃO DOS ARTIGOS 757 A 802 DO CÓDIGO CIVIL .....	1073	6.4.	O PROCESSO DE REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO (ARTS. 75 A 85).....	1078
1.3.	O DIÁLOGO DAS FONTES: A APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA.....	1073	6.5.	PRAZOS FATAIS PARA A SEGURADORA (ARTS. 86 E 87).....	1078
1.4.	DIREITO INTERTEMPORAL (VIGÊNCIA E EFICÁCIA) .....	1074	6.6.	MORA DA SEGURADORA (ART. 88).....	1078
2.	PRINCÍPIOS E DISPOSIÇÕES GERAIS .....	1074	7.	MODALIDADES ESPECÍFICAS: SEGURO DE DANO E RESPONSABILIDADE CIVIL .....	1078
2.1.	CONCEITO E FUNCIONALIDADE.....	1074	7.1.	O LIMITE DA INDENIZAÇÃO E O PRINCÍPIO INDENIZATÓRIO.....	1078
2.2.	NATUREZA JURÍDICA .....	1074	7.2.	O RATEIO NO SINISTRO PARCIAL (INFRASSEGURO).....	1079
2.3.	O PRINCÍPIO DO MUTUALISMO.....	1074	7.3.	VÍCIOS INTRÍNSECOS (ART. 93).....	1079
2.4.	A BOA-FÉ OBJETIVA E OS DEVERES ANEXOS .....	1074	7.4.	A SUB-ROGAÇÃO (ARTS. 94 E 95).....	1079
3.	FASE PRÉ-CONTRATUAL E FORMAÇÃO DO VÍNCULO.....	1075	7.5.	SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL (ARTS. 98 A 107) .....	1079
3.1.	A PROPOSTA E A ACEITAÇÃO .....	1075	8.	SEGURO DE PESSOAS (VIDA E INTEGRIDADE FÍSICA) .....	1079
3.2.	PRAZOS PARA RECUSA (A "ACEITAÇÃO TÁCITA") .....	1075	8.1.	BENEFICIÁRIOS: LIBERDADE E REGRAS SUPLETIVAS .....	1079
3.3.	A INSTRUMENTAÇÃO: APÓLICE E BILHETE DE SEGURO .....	1075	8.2.	NATUREZA DO CAPITAL: PROTEÇÃO PATRIMONIAL.....	1080
3.4.	O INTERESSE LEGÍTIMO (ART. 1º E 5º DA LEI Nº 15.040/24).....	1075	8.3.	CARÊNCIA E DOENÇAS PREEXISTENTES (ARTS. 118 E 119).....	1080
4.	O RISCO E O DEVER DE INFORMAÇÃO.....	1075	8.4.	O SUICÍDIO (ART. 120).....	1080
4.1.	O QUESTIONÁRIO E O DEVER DE INFORMAR (ART. 44).....	1075	8.5.	ATOS ARRISCADOS, HEROÍSMO E ESPORTES (ART. 121).....	1080
4.2.	INEXATIDÕES NAS DECLARAÇÕES INICIAIS: DOLO VS. CULPA.....	1075	8.6.	PROTEÇÃO NA NÃO RENOVAÇÃO (ART. 124) .....	1080
4.3.	O AGRAVAMENTO DO RISCO (ARTS. 13 A 18) .....	1076	9.	PRESCRIÇÃO E DISPOSIÇÕES PROCESSUAIS FINAIS.....	1080
4.4.	O NEXO CAUSAL (ART. 16): A GRANDE PROTEÇÃO.....	1076	9.1.	PRAZOS PRESCRICIONAIS (ART. 126).....	1080
4.5.	REGRA ESPECIAL PARA SEGURO DE PESSOAS (ART. 17).....	1076	9.2.	SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO (ART. 127).....	1081
4.6.	RISCOS EXCLUÍDOS E ATOS ILÍCITOS (ART. 10).....	1076	9.3.	RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E FORO (ARTS. 129 A 131).....	1081
5.	O PRÊMIO E A MORA.....	1076	9.4.	TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL (ART. 132) .....	1081
5.1.	REGRAS GERAIS DE PAGAMENTO (ART. 19).....	1076	+	<b>CAPÍTULO 15. DO JOGO E DA APOSTA.....</b>	<b>1082</b>
5.2.	INADIMPLEMENTO DA 1ª PARCELA OU PARCELA ÚNICA (ART. 20, <i>CAPUT</i> ) ...	1077	+	<b>CAPÍTULO 16. DA FIANÇA .....</b>	<b>1082</b>
5.3.	INADIMPLEMENTO DAS DEMAIS PARCELAS: SUSPENSÃO DA GARANTIA (ART. 20, § 1º) .....	1077	1.	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	1082
5.4.	A RESOLUÇÃO (CANCELAMENTO) DO CONTRATO (ART. 21).....	1077	2.	DOS EFEITOS DA FIANÇA .....	1082
5.5.	REGRAS ESPECIAIS PARA SEGURO DE VIDA E INTEGRIDADE FÍSICA .....	1077	3.	A COMUNICABILIDADE DA INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO NO CONTRATO DE FIANÇA..	1082
6.	SINISTRO, REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO.....	1077	3.1.	SUPORTE FÁTICO (O CASO CONCRETO)	1082
6.1.	DEVERES DO SEGURADO E BENEFICIÁRIO (ART. 66).....	1077	3.2.	O ITER PROCESSUAL.....	1082
6.2.	DESPESAS DE SALVAMENTO (ART. 67)...	1078	3.3.	A TESE DE DEFESA (A EXCEÇÃO DE PRESCRIÇÃO).....	1082
6.3.	FRAUDE E PROVOCAÇÃO DO SINISTRO (ART. 69) .....	1078	4.	SOLUÇÃO JURÍDICA E FUNDAMENTAÇÃO.....	1083
			3.	DA EXTINÇÃO DA FIANÇA .....	1083

+	<b>CAPÍTULO 17. DO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA DE GARANTIAS...</b>	<b>1083</b>			
+	<b>CAPÍTULO 18 – PROMESSA DE RECOMPENSA .....</b>	<b>1084</b>			
+	<b>CAPÍTULO 19 – GESTÃO DE NEGÓCIOS.....</b>	<b>1084</b>			
+	<b>CAPÍTULO 20 – PAGAMENTO INDEVIDO.....</b>	<b>1085</b>			
+	<b>CAPÍTULO 21 – ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.....</b>	<b>1085</b>			
	PARTE V – DIREITOS REAIS .....	1086			
+	<b>CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO AOS DIREITOS REAIS.....</b>	<b>1086</b>			
	1. CONCEITO DE DIREITO REAL.....	1086			
	2. REGRAMENTO LEGAL.....	1086			
	3. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS REAIS.....	1086			
	4. DETALHAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS .....	1086			
	4.1. OPONIBILIDADE CONTRA TODOS .....	1086			
	4.2. ADERÊNCIA, AMBULATORIEDADE E SEQUELA .....	1087			
	4.3. PUBLICIDADE .....	1087			
	4.4. TAXATIVIDADE .....	1087			
	4.5. PERPETUIDADE.....	1087			
+	<b>CAPÍTULO 2: POSSE.....</b>	<b>1087</b>			
	1. TEORIAS SOBRE A POSSE .....	1087			
	1.1. TEORIA SUBJETIVA DE SAVIGNY.....	1087			
	1.2. TEORIA OBJETIVA DE IHERING .....	1087			
	2. ALCANCE DO CONCEITO DE POSSUIDOR .....	1088			
	3. <i>IUS POSSESSIONIS</i> E <i>IUS POSSIDENDI</i> .....	1088			
	4. DESDOBRAMENTO DA POSSE: CISÃO DA POSSE .....	1088			
	5. DETENÇÃO .....	1088			
	6. CLASSIFICAÇÃO DA POSSE QUANTO AOS VÍCIOS.....	1088			
+	<b>CAPÍTULO 3: PROPRIEDADE.....</b>	<b>1088</b>			
	1. DEFINIÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE.....	1088			
	1.1. DEFINIÇÃO TRADICIONAL .....	1088			
	1.2. LIMITAÇÕES EXTRÍNSECAS E INTRÍNSECAS.....	1089			
	2. CONCEITO CONTEMPORÂNEO DO DIREITO DE PROPRIEDADE .....	1089			
	2.1. ESTRUTURA TRÍPLICE DO DIREITO DE PROPRIEDADE.....	1089			
	2.2. PREVISÕES LEGISLATIVAS DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.....	1089			
	3. ATRIBUTOS DO DIREITO DE PROPRIEDADE.....	1089			
	3.1. FACULDADE DE USAR A COISA.....	1089			
	3.2. FACULDADE DE GOZAR E FRUIR DA COISA.....	1089			
	3.3. FACULDADE DE DISPOR DA COISA .....	1089			
	3.4. DIREITO DE REIVINDICAR A COISA .....	1089			
	4. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PROPRIEDADE.....	1089			
	4.1. DIREITO ABSOLUTO .....	1089			
	4.2. DIREITO PLENO E EXCLUSIVO.....	1090			
	4.3. DIREITO PERPÉTUO.....	1090			
	4.4. DIREITO ELÁSTICO.....	1090			
	5. DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL INVERTIDA OU NO INTERESSE PRIVADO .....	1090			
+	<b>CAPÍTULO 4: USUCAPIÃO .....</b>	<b>1090</b>			
	1. INTRODUÇÃO.....	1090			
	1.1. NATUREZA JURÍDICA .....	1090			
	1.2. FUNDAMENTO DA USUCAPIÃO .....	1090			
	1.3. CONCEITO DE USUCAPIÃO.....	1090			
	2. REQUISITOS GENÉRICOS DA USUCAPIÃO.....	1090			
	3. MODALIDADES DE USUCAPIÃO.....	1090			
	3.1. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA.....	1090			
	3.2. USUCAPIÃO ORDINÁRIO .....	1091			
	3.3. USUCAPIÃO TABULAR (CONVALESCENÇA REGISTRAL).....	1091			
	3.4. USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA (PRO MORADIA) .....	1091			
	3.5. USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL ( <i>PRO LABORE</i> ) .....	1091			
	3.6. USUCAPIÃO POR ABANDONO DE LAR (PRO-FAMÍLIA OU CONJUGAL) .....	1091			
+	<b>CAPÍTULO 6: DIREITOS REAIS DE VIZINHANÇA .....</b>	<b>1091</b>			
	1. CONCEITO.....	1091			
	1.1. FINALIDADE.....	1091			
	1.2. NATUREZA JURÍDICA .....	1091			
	1.3. PROPRIEDADE VIZINHA .....	1092			
	2. USO ANORMAL DA PROPRIEDADE .....	1092			
	2.1. DIREITO DE FAZER CESSAR INTERFERÊNCIAS.....	1092			
	2.2. CRITÉRIOS AFERIDORES DO USO ANORMAL DA PROPRIEDADE.....	1092			
	3. ÁRVORES LIMÍTROFES .....	1092			
	3.1. CONDOMÍNIO .....	1092			
	3.2. PROPRIEDADE EXCLUSIVA.....	1092			
	4. PASSAGEM FORÇADA .....	1092			
	4.1. CONCEITO .....	1092			
	4.2. FUNDAMENTO .....	1092			
	4.3. ALARGAMENTO DO CONCEITO DE IMÓVEL ENCRAVADO .....	1092			

<b>+</b>	<b>CAPÍTULO 7: CONDOMÍNIO.....</b>	<b>1092</b>	1.1. HISTÓRICO.....	1096
1.	CONCEITO DE CONDOMÍNIO.....	1092	1.2. GARANTIAS PESSOAIS E REAIS .....	1096
2.	ESPÉCIES DE CONDOMÍNIO DO CÓDIGO CIVIL.....	1093	2. CONCEITO DE DIREITO REAL DE GARANTIA....	1096
2.1.	CONDOMÍNIO TRADICIONAL (OU GERAL OU COMUM) .....	1093	2.1. TIPOS DE DIREITOS REAIS DE GARANTIA.....	1096
2.2.	CONDOMÍNIO EDILÍCIO.....	1093	3. EFEITOS JURÍDICOS DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA.....	1097
2.2.1.	CARACTERÍSTICAS DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO.....	1093	3.1. ADERÊNCIA, SEQUELA E AMBULATORIEDADE .....	1097
2.3.	CONDOMÍNIO EM LOTES.....	1093	4. EFEITOS JURÍDICOS DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA.....	1097
2.3.1.	A DISTINÇÃO ENTRE CONDOMÍNIO DE LOTES E LOTEAMENTO URBANO.....	1093	4.1. ADERÊNCIA, SEQUELA E AMBULATORIEDADE .....	1097
2.3.2.	A DISTINÇÃO ENTRE CONDOMÍNIO DE LOTES E CONDOMÍNIO DE FATO .....	1094	5. PREFERÊNCIA .....	1097
2.4.	CONDOMÍNIO EM MULTIPROPRIIDADE.....	1094	6. DIREITOS REAIS DE GARANTIA ESPECÍFICOS..	1097
3.	NATUREZA JURÍDICA DO CONDOMÍNIO .....	1094	6.1. PENHOR.....	1097
4.	ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO.....	1094	6.2. HIPOTECA .....	1098
4.1.	ATO DE CRIAÇÃO OU ATO DE INSTITUIÇÃO .....	1094	6.3. ANTICRESE.....	1098
4.2.	CONVENÇÃO DO CONDOMÍNIO .....	1094	6.4. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA .....	1098
4.3.	REGIMENTO INTERNO.....	1094	PARTE VI – RESPONSABILIDADE CIVIL .....	1098
5.	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL E AIRBNB.....	1094	<b>+</b>	
<b>+</b>	<b>CAPÍTULO 8: DIREITOS REAIS SOBRE COISA ALHEIA .....</b>	<b>1095</b>	<b>CAPÍTULO 1: NOÇÕES GERAIS DE RESPONSABILIDADE CIVIL .....</b>	<b>1098</b>
1.	INTRODUÇÃO.....	1095	1. INTRODUÇÃO.....	1098
2.	CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS REAIS SOBRE COISA ALHEIA .....	1095	2. TIPOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL.....	1098
2.1.	DIREITOS REAIS DE USO E FRUIÇÃO .....	1095	2.1. RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA...	1099
2.2.	DIREITOS REAIS DE AQUISIÇÃO.....	1095	2.2. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA .....	1099
2.3.	DIREITOS REAIS DE GARANTIA.....	1095	3. NATUREZAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL ....	1099
3.	DIREITOS REAIS DE USO E FRUIÇÃO .....	1095	3.1. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL .....	1099
3.1.	SUPERFÍCIE.....	1095	3.2. RESPONSABILIDADE EXTRA-CONTRATUAL (AQUILIANA).....	1099
3.2.	SERVIDÃO .....	1095	4. EXEMPLOS PRÁTICOS.....	1099
3.3.	USUFRUTO.....	1095	5. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA .....	1100
3.4.	USO.....	1096	5.1. ABUSO DO DIREITO .....	1100
3.5.	HABITAÇÃO .....	1096	5.2. DANOS CAUSADOS POR PRODUTOS.....	1100
3.6.	DIREITO DE LAJE .....	1096	5.3. RESPONSABILIDADE POR FATO DE TERCEIRO (FATO DE OUTREM).....	1100
3.7.	CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA.....	1096	5.4. RESPONSABILIDADE PELO FATO DA COISA OU DO ANIMAL .....	1100
3.8.	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO	1096	5.5. LEIS ESPECIAIS .....	1100
4.	DIREITOS REAIS DE AQUISIÇÃO.....	1096	5.6. CLÁUSULA GERAL DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA.....	1100
4.1.	DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR .....	1096	6. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO LÍCITO....	1101
4.2.	DIREITO DO DEVEDOR FIDUCIANTE.....	1096	<b>+</b>	
<b>+</b>	<b>CAPÍTULO 9: DIREITOS REAIS DE GARANTIA .....</b>	<b>1096</b>	<b>CAPÍTULO 2: ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....</b>	<b>1101</b>
1.	INTRODUÇÃO.....	1096	1. COMPORTAMENTO HUMANO.....	1101
			1.1. RESPONSABILIDADE CIVIL DO INCAPAZ.....	1101
			1.2. RESPONSABILIDADE CIVIL DO MENOR CAPAZ (EMANCIPADOS).....	1102

1.3. RESPONSABILIDADE CIVIL DO MENOR PELO ECA.....	1102	5. IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS.....	1107
2. CULPA ( <i>LATO SENSU</i> ).....	1102	6. CAUSAS SUSPENSIVAS.....	1108
3. NEXO DE CAUSALIDADE.....	1102	7. PROVA DO CASAMENTO.....	1108
3.1. CAUSAS EXCLUDENTES DO NEXO CAUSAL.....	1103	<b>+ CAPÍTULO 4: HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO.....</b>	<b>1108</b>
3.2. FORTUITO INTERNO E EXTERNO.....	1103	1. HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO.....	1108
4. DANO.....	1103	2. CASAMENTO RELIGIOSO.....	1108
4.1. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS.....	1104	3. CELEBRAÇÃO.....	1109
4.2. ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI 14.905/2024.....	1104	4. CASAMENTO EM CASOS ESPECIAIS.....	1109
4.2.1. DISTINÇÕES ENTRE JUROS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.....	1104	<b>+ CAPÍTULO 5: EFEITOS DO CASAMENTO.....</b>	<b>1109</b>
<b>+ CAPÍTULO 3: TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE.....</b>	<b>1104</b>	1. EFEITOS SOCIAIS.....	1109
1. INTRODUÇÃO À TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE.....	1104	2. EFEITOS PESSOAIS.....	1109
1.1. DISTINÇÃO ENTRE PERDA DE UMA CHANCE E LUCRO CESSANTE.....	1104	3. DEVERES CONJUGAIS.....	1110
2. CARACTERÍSTICAS DA PERDA DE UMA CHANCE.....	1105	4. EFEITOS PATRIMONIAIS.....	1110
PARTE VII – DIREITO DE FAMÍLIA.....	1105	4.1. REGIME DE BENS.....	1110
<b>+ CAPÍTULO 1: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CONCEITO.....</b>	<b>1105</b>	4.2. PACTO ANTENUPCIAL.....	1110
1. BRASIL COLONIAL.....	1105	<b>+ CAPÍTULO 6: COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.....</b>	<b>1111</b>
2. BRASIL REPÚBLICA.....	1105	1. BENS QUE NÃO SE COMUNICAM.....	1111
3. MITIGAÇÕES À UNICIDADE FAMILIAR E AO SISTEMA PATRIARCAL.....	1105	2. BENS COMUNS.....	1111
4. PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	1105	<b>+ CAPÍTULO 7: COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS.....</b>	<b>1111</b>
5. CONCEITO DE FAMÍLIA.....	1106	1. JURISPRUDÊNCIA DO STJ.....	1111
6. FAMÍLIA PARALELA.....	1106	<b>+ CAPÍTULO 8: PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS.....</b>	<b>1111</b>
<b>+ CAPÍTULO 2: PRINCÍPIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA.....</b>	<b>1106</b>	<b>+ CAPÍTULO 9: SEPARAÇÃO DE BENS (CONVENCIONAL OU ABSOLUTA).....</b>	<b>1112</b>
1. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	1106	<b>+ CAPÍTULO 10: SEPARAÇÃO LEGAL DE BENS.....</b>	<b>1112</b>
2. PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE.....	1106	1. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL STF.....	1112
3. PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS FILHOS.....	1106	2. OUTORGA CONJUGAL NO CASAMENTO E NA UNIÃO ESTÁVEL.....	1112
4. PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE CÔNJUGES E COMPANHEIROS.....	1106	<b>+ CAPÍTULO 11: SEPARAÇÃO LEGAL DE BENS E DIREITOS DOS CÔNJUGES.....</b>	<b>1113</b>
5. PRINCÍPIO DA NÃO INTERVENÇÃO.....	1106	1. SÚMULA 377 DO STF E A NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE ESFORÇO COMUM.....	1113
6. PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA.....	1106	2. APLICAÇÃO DO REGIME DE SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA NA UNIÃO ESTÁVEL.....	1113
<b>+ CAPÍTULO 3: FORMAÇÃO DA FAMÍLIA E CASAMENTO.....</b>	<b>1106</b>	<b>+ CAPÍTULO 12: MUTABILIDADE DOS REGIMES DE BENS.....</b>	<b>1113</b>
1. FORMAÇÃO DA FAMÍLIA.....	1106	1. ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS.....	1113
2. SITUAÇÃO JURÍDICA ATUAL.....	1107	<b>+ CAPÍTULO 13: CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS DO CASAMENTO.....</b>	<b>1113</b>
3. NATUREZA JURÍDICA DO CASAMENTO.....	1107	1. IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS.....	1113
4. CAPACIDADE MATRIMONIAL.....	1107	2. CAUSAS SUSPENSIVAS.....	1113

<b>+</b>	<b>CAPÍTULO 14: NULIDADE E ANULABILIDADE DO CASAMENTO</b> .....	<b>1114</b>	<b>+</b>	<b>CAPÍTULO 17: RELAÇÕES DE PARENTESCO</b> .....	<b>1118</b>
1.	CASAMENTO NULO .....	1114	1.	CONCEITO, MODALIDADES E DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1.591 A 1.595 DO CC) .....	1118
2.	CASAMENTO ANULÁVEL .....	1114	2.	FILIAÇÃO (ARTS. 1.596 A 1.606 DO CC) .....	1119
3.	QUESTÃO SOBRE CASAMENTO INFANTIL .....	1114	2.1.	DEFINIÇÃO DE FILIAÇÃO .....	1119
4.	ANULAÇÃO DO CASAMENTO POR VÍCIO DA VONTADE .....	1114	2.2.	PRESUNÇÕES DE PATERNIDADE .....	1119
5.	LEGITIMIDADE PARA AÇÕES DE INVALIDADE .....	1114	<b>+</b>	<b>CAPÍTULO 18: TUTELA E CURATELA</b> .....	<b>1120</b>
6.	PRAZO PARA AÇÕES DE ANULAÇÃO DO CASAMENTO .....	1114	1.	NOÇÕES GERAIS .....	1120
7.	CASAMENTO PUTATIVO .....	1115	2.	TUTELA .....	1120
7.1.	DEFINIÇÃO .....	1115	2.1.	OBJETIVO DA TUTELA .....	1120
7.2.	BOA-FÉ .....	1115	2.2.	FORMAS DE TUTELA .....	1120
7.3.	PROTEÇÃO A TERCEIROS DE BOA-FÉ .....	1115	2.3.	INCAPACIDADE E ESCUSA .....	1120
<b>+</b>	<b>CAPÍTULO 15: UNIÃO ESTÁVEL</b> .....	<b>1115</b>	2.4.	DEVERES E DIREITOS DO TUTOR .....	1120
1.	EVOLUÇÃO HISTÓRICA .....	1115	2.5.	RESPONSABILIDADE DO TUTOR E DO JUIZ .....	1120
2.	CONCEITO DE UNIÃO ESTÁVEL .....	1115	2.6.	PRESTAÇÃO DE CONTAS .....	1121
3.	REQUISITOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL .....	1115	2.7.	EXTINÇÃO DA TUTELA .....	1121
4.	UNIÃO HOMOAFETIVA .....	1115	3.	CURATELA .....	1121
5.	APLICAÇÃO DOS IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS .....	1115	3.1.	DEFINIÇÃO E OBJETIVO .....	1121
6.	UNIÃO ESTÁVEL E CONCUBINATO .....	1115	3.2.	CATEGORIAS DE INCAPACIDADE .....	1121
7.	PARALELISMO ENTRE CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL .....	1116	3.3.	MUDANÇAS LEGAIS .....	1121
8.	NAMORO QUALIFICADO .....	1116	3.4.	PROCEDIMENTO JUDICIAL .....	1121
9.	EFEITOS DA UNIÃO ESTÁVEL .....	1116	3.5.	REMOÇÃO E EXONERAÇÃO DO CURADOR .....	1121
10.	EFEITO PATRIMONIAL .....	1116	<b>+</b>	<b>CAPÍTULO 19: DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA (ART. 1783-A E SEUS PARÁGRAFOS)</b> .....	<b>1121</b>
11.	ALIMENTOS .....	1116	1.	NOÇÃO .....	1121
12.	ADOÇÃO POR COMPANHEIROS .....	1116	2.	PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO APOIADA .....	1121
13.	TRATAMENTO SUCESSÓRIO .....	1116	3.	EFEITOS .....	1121
14.	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS .....	1116	PARTE VIII – DIREITO DAS SUCESSÕES .....	1122	
15.	ASPECTOS PROCESSUAIS .....	1116	<b>+</b>	<b>CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES</b> .....	<b>1122</b>
16.	DIREITO REAL DE HABITAÇÃO .....	1116	1.	NOÇÕES GERAIS .....	1122
<b>+</b>	<b>CAPÍTULO 16 – ALIMENTOS</b> .....	<b>1116</b>	2.	FORMAS DE SUCESSÃO .....	1122
1.	CARACTERÍSTICAS DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR .....	1116	3.	MOMENTO DA TRANSMISSÃO .....	1122
2.	CLASSIFICAÇÃO DOS ALIMENTOS .....	1117	4.	NORMAS DE DIREITO INTERTEMPORAL .....	1122
2.1.	QUANTO À ORIGEM .....	1117	5.	LOCAL DA ABERTURA DA SUCESSÃO .....	1123
2.2.	QUANTO À NATUREZA .....	1117	6.	SUCESSÃO DE ESTRANGEIROS E BENS NO EXTERIOR .....	1123
2.3.	QUANTO AO TEMPO .....	1117	7.	ESPÉCIES DE SUCESSÃO .....	1123
2.4.	QUANTO À FORMA DE PAGAMENTO .....	1117	8.	SUCESSÃO ANÔMALA .....	1123
2.5.	QUANTO AO MOMENTO PROCESSUAL PARA SUA CONCESSÃO .....	1117	9.	ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA .....	1123
3.	OBRIGAÇÃO ALIMENTAR: LEGITIMIDADE, REQUISITOS E DINÂMICA LEGAL .....	1117	<b>+</b>	<b>CAPÍTULO 2: ACEITAÇÃO E RENÚNCIA</b> .....	<b>1123</b>
4.	ENUNCIADOS DAS JORNADAS DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL .....	1118	1.	ACEITAÇÃO .....	1123
			2.	NATUREZA JURÍDICA DA ACEITAÇÃO .....	1124
			3.	RENÚNCIA .....	1124

4. EXEMPLO PRÁTICO.....	1124	3.4. NOMEAÇÃO POR CERTO MOTIVO .....	1130
5. RESTRIÇÕES LEGAIS AO DIREITO DE RENUNCIAR.....	1124	3.5. NOMEAÇÃO REMUNERATÓRIA .....	1131
6. EFEITOS DA RENÚNCIA .....	1124	3.6. NOMEAÇÃO CONTUMELIOSA.....	1131
7. INEFICÁCIA E INVALIDADE DA RENÚNCIA .....	1125	<b>+ CAPÍTULO 6: SUBSTITUIÇÃO TESTAMENTÁRIA .....</b>	<b>1131</b>
<b>+ CAPÍTULO 3: SUCESSÃO LEGÍTIMA – ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA.....</b>	<b>1125</b>	1. NOÇÃO GERAL.....	1131
1. CLASSE DOS DESCENDENTES .....	1125	2. FORMAS DE SUBSTITUIÇÃO.....	1131
1.1. FILHOS DO FALECIDO.....	1125	2.1. HIPÓTESE BASTANTE RESTRITA .....	1131
1.2. DEMAIS DESCENDENTES.....	1125	3. PROPRIEDADE RESOLÚVEL.....	1131
2. CLASSE DOS ASCENDENTES .....	1125	4. ITCMD.....	1131
2.1. ORDEM DE SUCESSÃO DOS ASCENDENTES .....	1125	5. RATEIO.....	1132
3. CÔNJUGE/COMPANHEIRO.....	1125	6. DIREITO DE ACRESCECER.....	1132
3.1. REQUISITO DO CASAMENTO .....	1125	6.1. REQUISITOS.....	1132
3.2. SUCESSÃO DO CÔNJUGE NOS DIVERSOS REGIMES DE BENS.....	1125	<b>+ CAPÍTULO 7 – REVOGAÇÃO DO TESTAMENTO .....</b>	<b>1132</b>
3.3. DIREITO REAL DE HABITAÇÃO DO CÔNJUGE/COMPANHEIRO.....	1126	1. HIPÓTESES EM QUE A REVOGAÇÃO NÃO TERÁ EFICÁCIA – ART. 1.971 DO CC.....	1132
3.4. CÔNJUGE OU COMPANHEIRO CONCORRENDO COM DESCENDENTES.....	1126	2. HIPÓTESES EM QUE A REVOGAÇÃO NÃO TERÁ EFICÁCIA – ART. 1.971 <i>IN FINE</i> DO CC .....	1132
3.5. CÔNJUGE OU COMPANHEIRO CONCORRENDO COM ASCENDENTES.....	1126	3. QUANTO À EXTENSÃO.....	1132
3.5.1. PARTILHA DA HERANÇA .....	1126	4. REVOGAÇÃO PRESUMIDA.....	1132
4. CLASSE DOS COLATERAIS .....	1126	<b>+ CAPÍTULO 8: ROMPIMENTO DO TESTAMENTO .....</b>	<b>1133</b>
4.1. ORDEM DE CONVOCAÇÃO DOS COLATERAIS .....	1127	<b>+ CAPÍTULO 9: INVALIDADE DO TESTAMENTO .....</b>	<b>1133</b>
<b>+ CAPÍTULO 4: EXCLUSÃO DA HERANÇA .....</b>	<b>1127</b>	1. CAUSAS DE NULIDADE DO TESTAMENTO – ART. 1.662 DO CC.....	1133
1. INDIGNIDADE.....	1127	2. CAUSAS DE ANULABILIDADE DO TESTAMENTO – ART. 1.909 DO CC .....	1133
2. DESERDAÇÃO.....	1128	<b>+ CAPÍTULO 10: HERANÇA JACENTE .....</b>	<b>1133</b>
<b>+ CAPÍTULO 5: SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA ...</b>	<b>1128</b>	1. HERDEIROS RETARDATÁRIOS.....	1134
1. TESTAMENTO.....	1128	2. NATUREZA JURÍDICA DA SENTENÇA QUE DECLARA A VACÂNCIA.....	1134
1.1. CARACTERÍSTICAS DO TESTAMENTO.....	1128	<b>DIREITO EMPRESARIAL .....</b>	<b>1135</b>
1.2. CAPACIDADE PARA TESTAR.....	1128	<i>Camila Lapolli</i>	
1.2.1. MENORES DE 18 E MAIORES DE 16 ANOS.....	1128	<b>+ QUESTÕES .....</b>	<b>1135</b>
1.2.2. PRÓDIGOS.....	1128	1. TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL.....	1135
2. DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS – RESPEITO À LEGÍTIMA.....	1129	2. DIREITO SOCIETÁRIO.....	1142
2.1. ASPECTO QUANTITATIVO.....	1129	3. PROPRIEDADE INDUSTRIAL .....	1160
2.2. ASPECTOS QUALITATIVOS – NOMEAÇÃO DOS HERDEIROS.....	1129	4. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	1165
2.2.1. VOCAÇÃO HEREDITÁRIA.....	1129	5. TÍTULOS DE CRÉDITO.....	1197
2.2.2. LEGITIMAÇÃO .....	1130	6. CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	1205
3. FORMAS DE NOMEAÇÃO DO HERDEIRO OU LEGATÁRIO.....	1130	7. OUTROS TEMAS DE DIREITO EMPRESARIAL....	1209
3.1. NOMEAÇÃO PURA E SIMPLES .....	1130	<b>+ DICAS .....</b>	<b>1215</b>
3.2. NOMEAÇÃO SOB CONDIÇÃO .....	1130	1. TEORIA DA EMPRESA .....	1215
3.3. NOMEAÇÃO PARA CERTO FIM OU MODO.....	1130	1.1. ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	1215

1.1.1.	FASE DAS CORPORAÇÕES DE OFÍCIO.....	1215	2.4.1.	QUANTO À NATUREZA DAS SOCIEDADES: SIMPLES OU EMPRESÁRIAS.....	1227
1.1.2.	FASE DA TEORIA DOS ATOS DE COMÉRCIO.....	1215	2.4.2.	QUANTO AO TIPO SOCIETÁRIO	1227
1.1.3.	FASE DA TEORIA DA EMPRESA.	1215	2.4.3.	QUANTO À PERSONALIDADE JURÍDICA.....	1227
1.2.	FONTES.....	1215	2.4.4.	QUANTO AO ATO CONSTITUTIVO.....	1227
1.3.	CARACTERÍSTICAS.....	1216	2.4.5.	QUANTO AO VÍNCULO.....	1228
1.4.	EMPRESÁRIO X EMPRESA.....	1216	2.4.6.	QUANTO À RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS.....	1228
1.5.	TEORIA DA EMPRESA E SEUS PERFIS.....	1216	2.4.7.	QUANTO À NACIONALIDADE...	1228
1.6	REGISTRO EMPRESARIAL E SEUS EFEITOS JURÍDICOS CONTEMPORÂNEOS.....	1216	2.5.	SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS....	1228
1.6.1.	EMPRESÁRIO INDIVIDUAL.....	1216	2.5.1.	SOCIEDADE COMUM.....	1228
1.6.2.	CARACTERIZAÇÃO.....	1216	2.5.1.1.	CONCEITO.....	1228
1.6.3.	RESPONSABILIDADE E PATRIMÔNIO.....	1217	2.5.1.2.	PROVA DA EXISTÊNCIA DA SOCIEDADE.....	1228
1.6.4.	INSCRIÇÃO.....	1217	2.5.1.3.	PATRIMÔNIO E RESPONSABILIDADE.....	1229
1.6.5.	NOME EMPRESARIAL.....	1217	2.5.1.4.	EFEITOS NEGATIVOS DA IRREGULARIDADE.....	1229
1.6.6.	REGISTRO.....	1217	2.5.2.	SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO.....	1229
1.6.7.	CAPACIDADE.....	1218	2.5.2.1.	CONCEITO.....	1229
1.6.8.	IMPEDIMENTO.....	1219	2.5.2.2.	MODALIDADES DE SÓCIOS E SUAS RESPONSABILIDADES.....	1229
1.7.	PROFISSIONAL INTELLECTUAL.....	1219	2.5.2.3.	CONSTITUIÇÃO E CONTRATO SOCIAL.....	1230
1.8.	EMPRESÁRIO RURAL.....	1220	2.5.2.4.	PATRIMÔNIO.....	1230
1.9.	ASSOCIAÇÃO QUE DESENVOLVE ATIVIDADE FUTBOLÍSTICA EM CARÁTER HABITUAL E PROFISSIONAL.....	1221	2.5.2.5.	FALÊNCIA.....	1230
1.10.	EMPRESÁRIO INDIVIDUAL CASADO.....	1221	2.6.	SOCIEDADES PERSONIFICADAS.....	1230
1.11	RESPONSABILIDADE CIVIL POR VAZAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	1222	2.6.1.	SOCIEDADE SIMPLES.....	1230
2.	TEORIA GERAL DO DIREITO SOCIETÁRIO.....	1222	2.6.1.1.	CONCEITO.....	1231
2.1.	CONCEITO DE SOCIEDADE.....	1222	2.6.1.2.	ATO CONSTITUTIVO.....	1231
2.1.1.	PLURALIDADE DE SÓCIOS – DOIS OU MAIS SÓCIOS.....	1222	2.6.1.3.	SÓCIO E RESPONSABILIDADE.....	1231
2.1.1.1.	SOCIEDADE UNIPES- SOAL ORIGINÁRIA E PERMANENTE.....	1222	2.6.1.4.	DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS SÓCIOS.....	1232
2.1.1.2.	SOCIEDADE UNIPES- SOAL TEMPORÁRIA E DERIVADA.....	1222	2.6.1.5.	CESSÃO DE COTAS.....	1232
2.1.2.	CONTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS...	1222	2.6.1.6.	DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS.....	1232
2.1.3.	PARTILHA DOS RESULTADOS...	1222	2.6.1.7.	ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE.....	1233
2.1.4.	AFFECTIO SOCIETATIS (IMPLÍCITO).....	1222	2.6.1.8.	RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO A UM SÓCIO.....	1233
2.2.	PERSONALIZAÇÃO DA SOCIEDADE.....	1223	2.6.1.9.	APURAÇÃO DE HAVERES.....	1234
2.3.	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	1223	2.6.1.10.	DISSOLUÇÃO TOTAL DA SOCIEDADE.....	1235
2.3.1.	TEORIAS.....	1224	2.6.2.	SOCIEDADE EM NOME COLETIVO.....	1235
2.3.2.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	1226			
2.4.	CLASSIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES.....	1227			

2.6.3. SOCIEDADE EM COMANDI- TA SIMPLES.....	1235	2.8. SOCIEDADE COOPERADA .....	1259
2.6.4. SOCIEDADE LIMITADA.....	1236	2.9. SOCIEDADES COLIGADAS.....	1259
2.6.4.1. SOCIEDADE UNIPES- SOAL LIMITADA.....	1236	2.10. SUBSIDIÁRIA INTEGRAL .....	1260
2.6.4.2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....	1236	2.11. GRUPO SOCIETÁRIO E CONSÓRCIO .....	1260
2.6.4.3. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS .....	1237	2.12. MICROEMPREENDEDOR INDIVI- DUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLE- MENTAR N. 123/2006 E SUAS ALTE- RAÇÕES) .....	1260
2.6.4.4. COTAS.....	1237	2.13. SOCIEDADES DEPENDENTES DE AUTORIZAÇÃO.....	1262
2.6.4.5. INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	1238	3. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL.....	1262
2.6.4.6. NOME EMPRESARIAL.....	1239	4. TEORIA GERAL DOS TÍTULOS DE CRÉDITOS ....	1264
2.6.4.7. REGISTRO.....	1239	4.1. CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO .....	1264
2.6.4.8. ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE.....	1239	4.1.1. QUANTO À ESTRUTURA .....	1264
2.6.4.9. CONSELHO FISCAL .....	1239	4.1.2. QUANTO À FORMA DE CIR- CULAÇÃO.....	1265
2.6.4.10. DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS...	1240	4.1.3. QUANTO À HIPÓTESE DE EMISSÃO.....	1265
2.6.4.11. AUMENTO E REDUÇÃO DE CAPITAL .....	1241	4.1.4. QUANTO AO MODELO.....	1265
2.6.4.12. RESOLUÇÃO DA SOCIE- DADE EM RELAÇÃO A SÓCIOS MINORITÁRIOS.....	1241	4.2. PRINCÍPIOS GERAIS DOS TÍTULOS DE CRÉDITO: CARTULARIDADE, LI- TERALIDADE, AUTONOMIA E ABS- TRAÇÃO .....	1265
2.6.4.13. APURAÇÃO DE HAVERES .....	1243	4.2.1. PRINCÍPIO DA CARTULARI- DADE (INCORPORAÇÃO).....	1265
2.6.4.14. DISSOLUÇÃO .....	1243	4.2.2. PRINCÍPIO DA LITERALIDADE...	1265
2.6.5. SOCIEDADE ANÔNIMA.....	1244	4.2.3. PRINCÍPIO DO FORMALISMO ...	1266
2.6.5.1. CARACTERÍSTICAS.....	1244	4.2.4. PRINCÍPIO DA AUTONOMIA .....	1266
2.6.5.2. NOME EMPRESARIAL .....	1245	4.3. DECLARAÇÕES CAMBIAIS: SAQUE, ACEITE, AVAL, ENDOSSO.....	1266
2.6.5.3. ESPÉCIE DE COMPANHIA.....	1245	4.3.1. SAQUE.....	1266
2.6.5.4. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS.....	1245	4.3.2. ACEITE.....	1266
2.6.5.5. CONSTITUIÇÃO DA SO- CIEDADE ANÔNIMA .....	1245	4.3.3. AVAL.....	1268
2.6.5.6. CAPITAL SOCIAL.....	1248	4.3.4. ENDOSSO.....	1269
2.6.5.7. ACIONISTAS .....	1249	4.3.4.1. CLASSIFICAÇÃO DO EN- DOSSO .....	1270
2.6.5.8. VALORES MOBILIÁRIOS QUE PODEM SER EMITI- DOS PELA COMPANHIA .....	1249	4.4. MODALIDADES DE VENCIMENTO .....	1272
2.6.5.8.1. AÇÕES .....	1250	4.5. PROTESTO.....	1272
2.6.5.8.2. DEBÊNTURES.....	1252	4.6. AÇÕES CAMBIAIS.....	1273
2.6.5.8.3. BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO ...	1254	4.7. CHEQUE.....	1275
2.6.5.9. ÓRGÃOS DA S.A .....	1254	4.8. DUPLICATA .....	1277
2.6.5.9.1. ASSEMBLEIA GERAL .....	1254	5. CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	1278
2.6.5.9.2. CONSELHO FISCAL .....	1256	5.1. INTERVENÇÃO MÍNIMA .....	1278
2.6.5.9.3. DIRETORIA.....	1256	5.2. COMPRA E VENDA MERCANTIL .....	1279
2.6.5.9.4. CONSELHO DE ADMI- NISTRAÇÃO.....	1257	5.3. COMISSÃO .....	1279
2.6.5.10. DISSOLUÇÃO, LIQUIDA- ÇÃO E EXTINÇÃO DA COMPANHIA .....	1258	5.4. FATURIZAÇÃO (FACTORING).....	1280
2.7. SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES.....	1258	6. NOÇÕES GERAIS DE RECUPERAÇÃO JUDI- CIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	1280

6.1. APLICAÇÃO E EXCLUÍDOS DA LEI 11.101/05.....	1281	8. NOÇÕES GERAIS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	1301
6.2. JUÍZO COMPETENTE.....	1281	8.1. PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	1302
6.3. ÓRGÃOS AUXILIARES DO JUÍZO.....	1282	8.2. INVENÇÃO E MODELO DE UTILIDADE....	1302
6.3.1. ADMINISTRADOR JUDICIAL.....	1282	8.2.1. REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA PATENTE .....	1302
6.3.2. COMITÊ DE CREDORES.....	1282	8.2.2. DA CESSÃO E LICENÇA DA PATENTE DE INVENÇÃO E MODELO DE UTILIDADE.....	1302
6.3.3. ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES.....	1283	8.2.3. EXTINÇÃO E NULDADE DA PATENTE DE INVENÇÃO E MODELO DE UTILIDADE.....	1303
6.4. RECUPERAÇÃO JUDICIAL ORDINÁRIA...	1284	8.3. DESENHO INDUSTRIAL.....	1303
6.4.1. DECISÃO DE DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	1285	8.3.1. REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO REGISTRO DO DESENHO INDUSTRIAL .....	1303
6.4.2. SUBMISSÃO DOS CRÉDITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	1286	8.4. MARCA.....	1304
6.4.2. CRONOGRAMA DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS .....	1287	8.4.1. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS ÀS MARCAS .....	1305
6.4.3. CRIAÇÃO DE SUBCLASSES DE CREDORES .....	1287	8.4.2. USO DE MARCA EM LINKS PATROCINADOS E CONCORRÊNCIA DESLEAL .....	1306
6.4.4. LIMITES SUBJETIVOS DA NOVAÇÃO RECUPERACIONAL..	1288	8.5. DIREITO AUTORAL.....	1308
6.4.3. FASE EXECUTIVA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	1289	9. MUDANÇAS TRAZIDAS PELA LEI N. 14.195/2021.....	1309
6.5. RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESPECIAL .....	1291	9.1. CRIAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS .....	1310
6.6. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL .....	1291	9.2. CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL E EXTINÇÃO DA EIRELI.....	1310
6.7. DA CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E DA CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL.....	1292	<b>DIREITO PENAL.....</b>	<b>1311</b>
6.7.1. CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL	1292	<i>Michael Procopio Avelar</i>	
6.7.2. CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL.....	1293	<b>+ QUESTÕES .....</b>	<b>1311</b>
6.7.3. DISTINÇÕES ENTRE CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL.....	1293	1. INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, FINALIDADE E PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PENAL. (DES)CRIMINALIZAÇÃO E (DES)PENALIZAÇÃO. DIREITO PENAL E POLÍTICA CRIMINAL. DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA. DIREITO PENAL E OUTROS RAMOS DO DIREITO .....	1311
7. FALÊNCIA.....	1293	2. A CONSTITUIÇÃO PENAL. PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INFLUENTES EM MATÉRIA PENAL. NORMAS PENAIS CONSTITUCIONALIZADAS. MANDAMENTOS DE PENALIZAÇÃO .....	1313
7.1. INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL.....	1293	3. A NORMA PENAL. CARACTERÍSTICAS, FONTES, INTERPRETAÇÃO, VIGÊNCIA E APLICAÇÃO. LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO; DO TEMPO E DO LUGAR DO CRIME. LIMITES DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS .....	1315
7.2. CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA.....	1294		
7.3. UNIDADE, UNIVERSALIDADE E INVISIBILIDADE DO JUÍZO CONCURSAL....	1294		
7.4. PRESSUPOSTOS, ÓRGÃOS, CARACTERIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA FALÊNCIA .....	1294		
7.5. INABILITAÇÃO DO FALIDO.....	1297		
7.6. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO.....	1297		
7.7. INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DOS ATOS..	1298		
7.8. REALIZAÇÃO DO ATIVO .....	1299		
7.9. CLASSIFICAÇÃO E PAGAMENTOS DOS CREDORES.....	1299		
7.10. ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO .....	1300		

4. TEORIA GERAL DO CRIME. CONCEITO, OBJETO, SUJEITOS, CONDUTA. CRIMES DE DANO E DE PERIGO. CRIMES MATERIAIS, FORMAIS E DE MERA CONDUTA.....	1318	CAS. A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL. A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO.....	1364
5. TIPICIDADE OBJETIVA. AÇÃO, RESULTADO E RELAÇÃO DE CAUSALIDADE. TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA. DA RELEVÂNCIA PENAL DA OMISSÃO .....	1321	21. DOS CRIMES EM ESPÉCIE. DOS CRIMES PREVISTOS NA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL: DOS CRIMES CONTRA A PESSOA; DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO; DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO; DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL; DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA; DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. CRIMES PREVISTOS NAS LEIS NS. 7.716/89, 12.288/2010 E 13.869/ 2019 .....	1365
6. TIPICIDADE SUBJETIVA. CRIME DOLOSO E CRIME CULPOSO. ERRO SOBRE ELEMENTOS DO TIPO. CRIME AGRAVADO PELO RESULTADO E CRIME PRETERDOLOSO .....	1323	+ <b>DICAS</b> .....	1384
7. <i>ITER CRIMINIS</i> . CONSUMAÇÃO E TENTATIVA. CRIME IMPOSSÍVEL. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ. ARREPENDIMENTO POSTERIOR.....	1327	1. INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, FINALIDADE E PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PENAL. (DES)CRIMINALIZAÇÃO E (DES)PENALIZAÇÃO. DIREITO PENAL E POLÍTICA CRIMINAL. DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA. DIREITO PENAL E OUTROS RAMOS DO DIREITO .....	1384
8. ANTIJURIDICIDADE. LEGÍTIMA DEFESA E DO EXCESSO. ESTADO DE NECESSIDADE. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO .....	1330	2. A CONSTITUIÇÃO PENAL. PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INFLUENTES EM MATÉRIA PENAL. NORMAS PENAIS CONSTITUCIONALIZADAS. MANDAMENTOS DE PENALIZAÇÃO .....	1386
9. CULPABILIDADE. FUNDAMENTOS; CONCEITO; ELEMENTOS E CONTEÚDO. CULPABILIDADE E PENA. CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE. ERRO DE PROIBIÇÃO. DESCRIMINANTES PUTATIVAS.....	1331	3. A NORMA PENAL. CARACTERÍSTICAS, FONTES, INTERPRETAÇÃO, VIGÊNCIA E APLICAÇÃO. LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO; DO TEMPO E DO LUGAR DO CRIME. LIMITES DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS .....	1387
10. IMPUTABILIDADE PENAL. INIMPUTÁVEIS E SEMI-IMPUTÁVEIS. MENORIDADE PENAL. EMOÇÃO E PAIXÃO. EMBRIAGUEZ.....	1333	4. TEORIA GERAL DO CRIME. CONCEITO, OBJETO, SUJEITOS, CONDUTA. CRIMES DE DANO E DE PERIGO. CRIMES MATERIAIS, FORMAIS E DE MERA CONDUTA.....	1388
11. CONCURSO DE AGENTES. AUTORIA E DA PARTICIPAÇÃO. TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO .....	1335	5. TIPICIDADE OBJETIVA. AÇÃO, RESULTADO E RELAÇÃO DE CAUSALIDADE. TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA. DA RELEVÂNCIA PENAL DA OMISSÃO .....	1389
12. DAS PENAS. TEORIA DA PENA. COMINAÇÃO E APLICAÇÃO DAS PENAS E DOS SUBSTITUTIVOS PENAIS. CONCURSO DE CRIMES E CRIME CONTINUADO. CONCURSO APARENTE DE NORMAS. ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO. ....	1336	6. TIPICIDADE SUBJETIVA. CRIME DOLOSO E CRIME CULPOSO. ERRO SOBRE ELEMENTOS DO TIPO. CRIME AGRAVADO PELO RESULTADO E CRIME PRETERDOLOSO .....	1390
13. DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO. DO CONFISCO ALARGADO DE BENS.....	1355	7. <i>ITER CRIMINIS</i> . CONSUMAÇÃO E TENTATIVA. CRIME IMPOSSÍVEL. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ. ARREPENDIMENTO POSTERIOR.....	1391
14. DA REABILITAÇÃO .....	1355	8. ANTIJURIDICIDADE. LEGÍTIMA DEFESA E DO EXCESSO. ESTADO DE NECESSIDADE.	
15. DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA .....	1356		
16. DA AÇÃO PENAL. TIPOS DE AÇÃO PENAL. TITULARIDADE E LEGITIMIDADE. ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO.....	1357		
17. DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE .....	1358		
18. DIREITO PENAL ECONÔMICO. BEM JURÍDICO SUPRAINDIVIDUAL. RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS.....	1360		
19. A APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR. CÓDIGO PENAL MILITAR (ART. 9º).....	1362		
20. TRATADOS E CONVENÇÕES EM MATÉRIA CRIMINAL. A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPI-			

ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO .....	1393	17. DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE .....	1404
9. CULPABILIDADE. FUNDAMENTOS; CONCEITO; ELEMENTOS E CONTEÚDO. CULPABILIDADE E PENA. CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE. ERRO DE PROIBIÇÃO. DESCRIMINANTES PUTATIVAS .....	1393	18. DIREITO PENAL ECONÔMICO. BEM JURÍDICO SUPRAINDIVIDUAL. RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS .....	1408
10. IMPUTABILIDADE PENAL. INIMPUTÁVEIS E SEMI-IMPUTÁVEIS. MENORIDADE PENAL. EMOÇÃO E PAIXÃO. EMBRIAGUEZ .....	1395	19. A APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR. CÓDIGO PENAL MILITAR (ART. 9º) .....	1409
11. CONCURSO DE AGENTES. AUTORIA E DA PARTICIPAÇÃO. TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO .....	1395	20. TRATADOS E CONVENÇÕES EM MATÉRIA CRIMINAL. A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS. A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL. A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO .....	1410
12. DAS PENAS. TEORIA DA PENA. COMINAÇÃO E APLICAÇÃO DAS PENAS E DOS SUBSTITUTIVOS PENAIIS. CONCURSO DE CRIMES E CRIME CONTINUADO. CONCURSO APARENTE DE NORMAS. ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO .....	1396	21. DOS CRIMES EM ESPÉCIE. DOS CRIMES PREVISTOS NA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL: DOS CRIMES CONTRA A PESSOA; DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO; DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO; DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL; DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA; DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. CRIMES PREVISTOS NAS LEIS NS. 7.716/89, 12.288/2010 E 13.869/2019 .....	1410
13. DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO. DO CONFISCO ALARGADO DE BENS .....	1401		
14. DA REABILITAÇÃO .....	1402		
15. DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA .....	1402		
16. DA AÇÃO PENAL. TIPOS DE AÇÃO PENAL. TITULARIDADE E LEGITIMIDADE. ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO .....	1403		